



# “MÃE SOLO É MÃE SOZINHA”:

TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRAS,  
EM FORTALEZA- CE E REGIÃO METROPOLITANA





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**TAIANE ALVES DE LIMA**

**“MÃE SOLO É MÃE SOZINHA”:  
TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRAS EM  
FORTALEZA- CE E REGIÃO METROPOLITANA**

**FORTALEZA  
2021**

TAIANE ALVES DE LIMA

“MÃE SOLO É MÃE SOZINHA”: TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRAS, EM  
FORTALEZA - CE E REGIÃO METROPOLITANA

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A482" Alves de Lima, Taiane.  
"MÃE SOLO É MÃE SOZINHA": : TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRAS, EM  
FORTALEZA- CE E REGIÃO METROPOLITANA / Taiane Alves de Lima. – 2021.  
102 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva .

1. Mulheres Negras. 2. Mães Solo. 3. Interseccionalidade. I. Título.

CDD 301

---

TAIANE ALVES DE LIMA

“MÃE SOLO É MÃE SOZINHA”: TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRA EM  
FORTALEZA- CE E REGIÃO METROPOLITANA

Dissertação apresentada ao Programa  
Associado de Pós-Graduação em  
Antropologia das Universidade Federal do  
Ceará e Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Regina  
Rodrigues da Silva

Apresentado em: 09 /12/ 2021

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (Orientadora)  
PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC) / Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Profa. Dra. Denise da Costa Cruz (Membra Interna)  
PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC) / Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Profa. Dra. Laura Cecília Lopez (Membra Externa)  
PPG em Saúde Coletiva e PPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio  
Sinos / RS (UNISINOS)

Em memória de Maria das Dores Alves de Lima, minha avó; uma mulher de sabedoria infinita que me mostrou, desde muito cedo, os sentidos da maternagem, do afeto e da acolhida. E de minha mãe, Marineide Alves de Lima, por ter exercido a maternidade em condições tão adversas.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa dissertação, encerra-se um ciclo na minha vida que, por muitos anos, foi (e é) um grande sonho, do qual eu me apeguei como um sopro de vida, na fé que, acessando o Mestrado, dias melhores viriam. E esses foram, sem dúvida, muito felizes.

Agradeço às Deusas e aos Deuses, às Santas, aos Orixás, ao Universo e à Mãe Natureza que me trouxeram até aqui.

O meu eterno sentimento de gratidão à minha avó, que ajudou a me criar, deu-me amor, carinho e o gosto pela cozinha, ensinando-me a ver a vida com mais leveza.

À minha mãe, por ter me dado a vida e, mesmo não gostando, quando criança, de ouvir as suas duras palavras, foram elas que me orientaram a buscar tudo o que eu tenho. Hoje o pouco que eu tenho se deve ao fato de que, desde muito cedo, você me mostrou como a vida é. Sou grata pela família que temos e vivenciamos como uma grande comunidade e que me fizeram, de alguma forma, chegar até aqui.

Ressalto, também, o meu agradecimento à minha irmã, Nayane Alves, por tudo que vivenciamos e ainda vamos viver futuramente, bem como o meu carinhoso agradecimento às minhas primas e primos que foram essenciais para o meu entendimento de família na infância.

Sou grata pela minha formação inicial no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará – UECE, por ter sido a minha primeira escola formativa e, principalmente, por ter sido um espaço de acolhida de sonhos. Destaco as amigas e os amigos que lá encontrei e a minha orientadora de graduação Dra. Gustavo Bezerril, que regou a semente que amadureceu na escrita desta dissertação.

Destaco o meu enorme agradecimento ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA – UFC / UNILAB), pela acolhida e por dá sentido e coerência a uma proposta de pós-graduação diferenciada e alinhada às políticas de ações afirmativas da qual eu sou fruto e levarei como marco da minha trajetória. Assim, o meu muito obrigado a todas as professoras e professores. Especialmente, à minha orientadora que é uma inspiração de vida. Uma mulher graciosa e que é a tradução de coerência e de uma rede teórico, afetivo e político. Professora Dra. Vera

Rodrigues, muito obrigada por cada palavra e acolhida, essa trajetória foi infinitamente mais feliz pela sua parceria. Muito obrigada.

Minha gratidão se estende profundamente às minhas amigas, amigos e colegas de turma de Mestrado que foram essenciais nesta trajetória, na afirmação de coletividades e de que não precisamos sofrer numa pós-graduação; saudades eternas de cada momento vivenciado dentro e fora de sala de aula na construção e ocupação da Universidade de forma diferenciada.

Destaco o encontro com um irmão, Jeovane Ferreira, que, desde o processo seletivo, torcemos por cada um e fizemos parcerias e aquilombamento. Bem como, minhas parceiras e amigas que estiveram presentes, nesta caminhada, na constante elaboração de laços afetivos que são: Tamara Vieira, Domingas da Silva e Juliana Alves. Esse percurso foi infinitamente melhor pela companhia de vocês e da nossa turma linda, composta por Reginaldo Santos, Graziela Oliveira, Anderson Câncio, Cristiane Freire, Sócrates Costa, Hércules Lima, Silmara Peixoto e Isadora Gurgel. Obrigada por cada café e afeto compartilhado.

Aproveito para agradecer à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela concessão da minha bolsa, que me proveu minimante o sustento para, pela primeira vez na minha vida, encarar os estudos de forma profissional.

Agradeço também às professoras que compõem a minha banca de qualificação e defesa do mestrado, Dra. Denise da Costa Cruz, que também foi minha professora, meu muito obrigado por cada orientação e sugestão que aperfeiçoaram muito esta dissertação. À professora Dra. Laura Cecília Lopez, pela acolhida e por ter feito uma leitura tão generosa da minha escrita. Muito obrigada às duas por fazerem parte desta trajetória.

Sou infinitamente grata pela parceria e acolhida desta pesquisa pelas minhas interlocutoras de campo: Girassol, Lia e Sônia que compartilharam comigo suas histórias de vida, na qual eu tive a honra de tentar narrar e refletir para com elas. Muito obrigada por me confiar seus relatos.

Ressalto, agora, as minhas amizades que são muito caras para mim; pessoas que vão sendo somadas na minha vida, das quais eu tenho profundo carinho e entendo que amizade é uma frequência afetiva que são eles: Caio, Loren, Rubéns, Henriqueta, Martha, Jesse, Americo. E às minhas amigas que somam um caráter de

irmandade em minha vida que são elas Dediane Sousa e Luizete Vicente, obrigada por tudo e pelo que vocês representam enquanto inspiração, afeto, cuidado.

Acredito muito no sentido da construção de família para além de laços sanguíneos, visto que são pessoas que, de alguma forma, escolhemos para se somar em nossas vidas.

Agradeço ao meu companheiro Ítalo por tudo que ele significa na minha vida e por ter sido a pessoa que esteve (e está) cotidianamente comigo em todos os sentidos, apoiando-me e me auxiliando nessa enorme travessia de se fazer um Mestrado, principalmente num contexto pandêmico; obrigada por cada escuta e cada momento que eu estive adoecida e você esteve ao meu lado. Sou grata pela família que você me deu: minha sogra Ivoneide e a minha avó do coração Maria do Carmo, que, infelizmente, deixou-nos nessa pandemia, mas me ensinou muito em acolhida e amor.

Registro também o meu sentimento de gratidão à irmã da minha mãe, Mariene Alves, que foi importante em minha criação e também nos deixou em decorrência da covid-19. Deixo esse registro no sentido de marcar o que significou escrever esta dissertação ao longo desses dois anos.

E, por último, destaco um carinho que é pura dádiva antropológica: os meus filhos *pets* Blu e Meg, que, de forma leve e espontânea, foram e são minha companhia na demonstração de um afeto desprezioso.

## RESUMO

O exercício da escrita da presente dissertação nasce de um esforço em refletir sobre o que é ser mãe solo por meio da trajetória de vida de mulheres negras, residentes na cidade de Fortaleza (CE) e Região Metropolitana. Na busca por construir uma antropologia feminista negra, a partir do olhar de uma filha de mãe solo, busco entender a interseccionalidade entre a maternagem, a afetividade e a solidão da mulher negra. Dessa maneira, este trabalho tem por metodologia uma pesquisa etnográfica pautada pela análise interseccional de narrativas dessas mulheres. O objetivo é entender os símbolos e os significados cotidianos da maternidade, para, assim, perceber as trajetórias cotidianas que envolvem a maternagem solo de mulheres negras em toda a sua vivência relacionada a questões individuais, coletivas e que estruturam opressões interseccionais.

**Palavras-chave:** mulheres negras; mães solo; interseccionalidade.

## **ABSTRACT**

*The exercise of writing this dissertation is born from an effort to reflect on what it is to be a single mother through the life trajectory of black women, living in the city of Fortaleza (CE) and the Metropolitan Region. In the quest to build a black feminist anthropology, from the perspective of a daughter of a single mother, I seek to understand the intersectionality between mothering, affectivity and loneliness of black women. In this way, this work's methodology is an ethnographic research guided by the intersectional analysis of these women's narratives. The objective is to understand the everyday symbols and meanings of motherhood, in order to understand the daily trajectories that involve the solo mothering of black women throughout their experience related to individual and collective issues that structure intersectional oppressions.*

**Keywords:** *black women; solo mothers; intersectionality.*

“Mama África a minha mãe é mãe s...”

Chico César, 1995.

## SUMÁRIO

<b>1. “A MÃE QUE VI DE PERTO”:</b>	<b>06</b>
1.1 Trajetória de pesquisa.....	07
1.2 Percurso metodológico.....	12
1.3 Construção do trabalho de campo.....	16
<b>2. “O JORRAR DO NOSSO SANGUE MULHER”</b>	<b>22</b>
2.1 Historicizando o conceito de maternidade.....	24
2.2 As consequências da colonização para a maternagem de mulheres negras.....	28
2.3 A mãe de santo e a constituição de relações de cuidado.....	36
<b>3. “SER MÃE SOLO É SER MÃE SOZINHA”:</b>	<b>42</b>
3.1 O solo de Girassol .....	44
3.2 O terreno de Lia .....	51
3.3 A superfície de Sônia .....	59
<b>4. “UM FIO INVISÍVEL E TÔNICO PACIENTE COSE A REDE”:</b>	<b>65</b>
<b>SOLIDÃO.....</b>	<b>65</b>
4.1 Maternagem e afetividade.....	67
4.2 Os sentidos da solidão para mulheres negras.....	72
<b>5. “A VOZ DE MINHA FILHA RECOLHE EM SI A FALA E O ATO”:</b>	<b>79</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>
<b>APENDICE.....</b>	<b>88</b>
Apêndice A – cartaz / convite para divulgação da pesquisa .....	88
Apêndice B – formulário de pesquisa .....	89
<b>ANEXOS.....</b>	<b>92</b>
Anexo A – pesquisa mulheres responsáveis pelos filhos sem cônjuge IBGE.....	92
Anexo B - pesquisa sobre a situação das mães solas na pandemia plataforma gênero e número.....	93

## 1. “A MÃE QUE VI DE PERTO”: UMA INTRODUÇÃO

A inquietação para a escrita deste trabalho tem como marco o meu próprio nascimento, pois, assim, nascia também a experiência que fundou o meu desejo por entender o que é ser mãe solo negra.

Para tanto, essa trajetória precisa ser descrita: sou a primeira filha de uma mulher negra, que advém de uma criação precária do interior do estado do Ceará, mais precisamente a zona rural do maciço de Baturité. Minha avó teve dezesseis filhas e filhos, dos quais quatro sobreviveram, sendo um homem e três mulheres que são todas mães solas.

É, a partir desse cenário, que comecei a me entender por gente; ali, no início dos anos 1990, morávamos em uma casa na periferia de Fortaleza<sup>1</sup>, onde residia minha mãe e suas duas irmãs, que mergulharam a fundo naquilo que se entende por ser a experiência de maternidade solo.

Logo, entender o que seja essa experiência perpassa por uma afetação pessoal, bem como por compreender que essa é uma realidade que permeia a vida de milhares de mulheres brasileiras, mais precisamente cerca de 11,5 milhões, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Portanto, coloco-me nessa encruzilhada de entender os meandros da minha trajetória pessoal e como essa problemática se relaciona a uma questão estrutural muito presente em famílias brasileiras, ou seja, é uma questão de ordem do coletivo e que vem, ao longo do tempo, perpetuando-se como a pluralidade, o drible e a constituição do que entendemos por família em suas versões mais diversas, bem como algo individual, pois cada mulher irá experienciar a maternidade solo de forma muito particular.

Fazer esse exercício de partir de uma experiência particular tem emergido da articulação de intelectuais negras que estão pautando a importância de nos colocarmos nas escritas e, principalmente, de sermos autoras de nossas próprias trajetórias de vida; aqui, há uma inversão: não somos mais objetos de estudo, mas sim protagonistas de um saber e da possibilidade de criarmos novas narrativas que

---

<sup>1</sup>É um município brasileiro capital do estado do Ceará, localizado na região nordeste do país, com uma população estimada em 2 686 612 habitantes, com acentuada segregação social e com bastante bairros que compõem a zona de vulnerabilidade social, tais como ocupações urbanas e favelas.

são acessadas por meio da memória e de uma herança ancestral que perpassa pela oralidade e vem para a escrita com o desejo que a nossa história não se encerre em nós.

Dessa forma, aqui será o meu exercício de deixar registrado um pouco da minha vivência e que dá o tom para a construção do meu olhar inspirado em uma antropologia feminista tomando: “gênero e poder como intrínsecos à constituição do social” (BONETTI, 2009) e tendo a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, colocando as mulheres negras em centralidade. Para, assim, entender as trajetórias de vida de mães solo que têm muito a nos ensinar sobre maternagem negra, constituição de famílias não nucleares e como as avenidas identitárias de raça, gênero e classe dão forma a tal vivência.

### 1.1 Trajetória de Pesquisa

Tenho como marco, para essa pesquisa, a mãe que vi de perto, no caso, uma mulher negra mãe solo, semialfabetizada que, com suas irmãs, criaram suas filhas num contexto de uma família não nuclear que subverteu o conceito ocidental de gênero.

Por isso, ao olhar o meu entorno, desde muito nova, percebia que estava num contexto familiar caracterizado pela forte presença de mulheres que tinham como marca, em suas trajetórias, a experiência de serem mulheres negras e mães solo. Sendo assim, foram três irmãs que vivenciaram, no fim da década de 1980 e início da década 1990, a experiência de serem “mães solteiras”, pois, dada a época, era esse o nome que era atribuído às suas experiências, que hoje utilizamos o termo “mães solo”.

Portanto, tenho como conceito inicial desse trabalho o termo “*mãe solteira*”, ao qual tem sido atribuído historicamente um peso simbólico negativo, que se reverbera na constituição de um imaginário social brasileiro acerca das mulheres, muitas vezes, estigmatizadas e discriminadas por serem “mães solteiras”. Marin e Piccinini (2009) refletem sobre as dimensões do que seja ser uma mãe solteira da seguinte maneira:

[...] a expressão famílias de mães solteiras está sendo usada referindo-se às famílias construídas de uma mulher que não mantém relação estável com um

companheiro e que, desde o início da gestação [ou não], assumiu a responsabilidade de ter um filho/a sem a presença do pai biológico ou de alguém que o substituísse. (MARIN; PICCININI, 2009, p. 423).

A definição de “mães solteiras” dada pelas autoras deve ser relativizada no que se refere ao princípio da questão da escolha; para tanto, pergunto-me se as mulheres escolhem ser mães solteiras ou se são condicionadas a uma estrutura que precede a sua existência e vem sendo reverberada ao longo dos anos. Ou seja: ser mãe solo é um fenômeno individual ou coletivo?

Além do termo “mães solteiras”, percebo a existência de outros termos que também são utilizados para se referir a essas mulheres, como o de mãe solo<sup>2</sup>. Nascido da reivindicação de uma nova geração de feministas com o advento das redes sociais, elas começaram a expor e, principalmente, a problematizar o termo mãe solteira, expandindo-o para mulheres que também tem seus companheiros, porém a criação dos filhos não é dividida de forma equânime.

Portanto, ser mãe solo seria para além do estado civil, estando mais relacionado ao um estado emocional, no sentido de carregar para si uma experiência de uma maternidade solo.

Todavia, esse termo, por ser uma ressignificação recente, por isso a necessidade de contextualizá-lo e apresenta-lo como uma categoria êmica, ou seja, pensar o termo mãe solo conforme a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher tem para com esse termo. Salientando que, no campo de produção acadêmica e sendo comum, ainda reside uma permanência do termo “mãe solteira”, que, aos poucos, vem sendo ressignificado por mãe solo.

Cabe destacar também uma outra terminologia que dá forma às experiências de mães solas que é o de “mulheres chefes de família”. Esse termo é elaborado a partir de uma formulação de aplicação de políticas públicas que instrumentaliza mais uma questão administrativa e financeira do lar do que o campo dos afetos e das relações interpessoais que envolvem a constituição de famílias. Para Amaral (2005), as diferenciações entre “mães solteiras” e “mulheres chefes de família” seriam:

---

<sup>2</sup> Esse termo teve grande visibilidade na *internet* a partir de uma página no *Facebook* intitulada “Mãe Solo”, de autoria de Thaiz Leão que é ilustradora e faz tirinhas retratando a realidade das mães solas. Essa página criou um movimento de apoio às maternidades e vem debatendo de forma não idealizada as suas múltiplas manifestações.

Considerando que os estudos sobre a presença de mulheres como responsável pela chefia familiar, interpretada por sua condição no papel de provedora, precisam ir além deste fato. Neste sentido será preciso desconstruir a ideia simplista de que a presença massiva de mulheres responsáveis pelos domicílios seria a feminização da chefia familiar ou das relações familiares. Interpretando esta chefia enquanto um componente subjetivo de relações de poder, de estabelecimento de hierarquia e opressão, não basta considerar a inversão do papel de provedor dos homens para as mulheres. Além dos aspectos de provisão, que estão reduzidos aos fatores econômicos, cabe redimensionar se esta situação se altera com a mudança de poder no convívio familiar. Olhar os dados sob o prisma de gênero há que se considerar as dimensões cultural, normativa, simbólica e institucional que cercam as famílias. (AMARAL, 2005, p. 121).

Em outras palavras, “chefes de família” se referem a quem é o provedor ou a provedora do ambiente familiar, sem adentrar, por vezes, nos sentidos, símbolos e significados para as vidas das mulheres que, em suas histórias, são marcadas por serem mães solo.

Assim sendo, esse termo não está entrelaçado a questões culturais e subjetivas, tais como as emoções, os sentimentos e/ou dificuldades de se criar um filho sem a presença paterna ou de uma rede de apoio.

Portanto, o que está em disputa entre os termos “mulheres chefes de família” e “mães solo” são os sentidos semióticos e linguísticos das denominações nas suas acepções, nos seus valores e nas suas relações com os sujeitos que tomam para si esses termos. Quando caracterizamos mulheres como mães solo, acionamos conceitos que nos levam a compreender esse fenômeno dentro de um contexto, em que os marcadores de gênero, classe e raça se entrelaçam.

Assim, pergunto-me: o que significa ser mãe solo? O que essa experiência nos informa sobre as trajetórias identitárias de raça, de classe e de gênero? E como se relaciona a maternagem solo para com a afetividade de mulheres negras?

Todavia, cabe também o questionamento acerca do ideal de família nuclear Ocidental, fundada no patriarcado e que não dialoga com a experiência das mais diversas famílias que não têm, em suas bases, uma perspectiva generificada, ou seja, que não têm, por princípio, a centralidade de um pai e uma mãe exclusivamente, mas sim o princípio da coletividade que está muito presente nas periferias de Fortaleza (CE) e que ilustra bem o contexto do qual vivenciei quando criança.

Essa questão dialoga com um provérbio africano que diz: “para se criar um filho é necessária uma comunidade inteira” e não uma família nuclear baseada exclusivamente nas figuras de uma mãe e de um pai.

Esse debate sobre relações de cuidado é essencial, pois instrumentaliza a possibilidade de experiências distintas de maternidade entre mulheres brancas e não brancas: na primeira, o que orienta é o princípio da propriedade; e, na segunda, é a coletividade, circunscrevendo assim, uma dinâmica de maternagem no sentido de uma relação construída por meio do cuidado, dando dinamicidade e não colocando essa vivência como algo padronizado.

Dessa reflexão pode-se perceber, por meio dos escritos da intelectual nigeriana Oyèronké Oyewùmé (1997), a construção de sua crítica a partir de epistemologias e experiências culturais africanas, ou seja, ela parte de uma formulação de conceitos que são endógenos à sua realidade para poder questionar o ideal de família nuclear ocidental que é a base da teoria feminista branco-euramericana; por sua vez, suscita a reflexão de valorizar categorias que sejam endógenas ao campo. Bem como reflete como o sistema colonial produziu, no contexto africano, a invenção da categoria “mulher”, inserindo hierarquias que até então não existiam nessas sociedades, pois as mesmas não se organizavam por meio de uma divisão baseada nas identidades de gênero.

O próprio processo pelo qual as fêmeas foram categorizadas e reduzidas a “mulheres” as tornou inelegíveis para papais de liderança. A base dessa exclusão foi a sua biologia, um processo que foi um novo desenvolvimento na sociedade iorubá. O surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero. [...] mostrei que, na sociedade iorubá pré-britânica, as anafêmeas, como os anamachos, tinham múltiplas identidades que não eram baseadas em sua anatomia. A criação de “mulheres” como categoria foi uma das primeiras realizações do Estado Colonial. (OYEWÙMÉ, 2021, p, 189).

Logo, destaca-se o cuidado que Oyewùmé tem em localizar, dentro da historiografia das sociedades iorubás, que essa categoria de “mulher” é uma invenção colonial, bem como, o que posteriormente será agregado a essa identidade, tais como a maternidade compulsória que foi propagada pelo ocidente enquanto uma questão inata para as mulheres sobre o *juris* de um discurso biológico.

Assim, contrariando a forma como somos instruídas a produzir dentro da Academia que é a importação de categorias coloniais que muitas vezes não dialogam para com a realidade que vivenciamos.

Ao localizar, com muito cuidado, a produção de conhecimento, pude perceber, por meio da leitura da intelectual e ativista Lélia Gonzales (1988), que é extremamente perspicaz colocar a mulher negra na centralidade, entendendo como o racismo e o sexismo operam na vida de mulheres negras e localizando essa experiência dentro de uma conjuntura que ela conceituou como sendo uma Amefricanidade, a qual localiza, de forma distinta, a experiência de pessoas negras em diáspora que construíram aqui essa americanalatina uma experiência única, por meio de trocas culturais entre africanas(os) e ameríndias(os).

Portanto, para Lélia Gonzalez (1988), é importante entender amefricanidade, colocando a mulher negra no centro. Entendendo essa centralidade como o exercício de localizar como o racismo e o sexismo cruzam a vida de mulheres negras.

Por isso, a necessidade de enegrecer o feminismo, como instrumentaliza a intelectual e ativista Sueli Carneiro (2001), ao evidenciar a necessidade de enegrecer o feminismo, que, segundo a autora, tem como centralidade a questão de raça. A qual determina a especificidade de ser uma mulher negra na sociedade brasileira, que, adicionada às questões de gênero e classe, moldando assim, encruzilhadas históricas de opressão, tendem a marcar essa vivência como sendo uma

[...] experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negra. (CARNEIRO, 2001: 1).

Como Sueli Carneiro (2001) evidencia a situação da mulher negra, que é uma experiência diferenciada, logo se faz necessário compreendê-la por meio da interseccionalidade enquanto uma ferramenta analítica que nos fornece instrumentalidade histórica para entender a vivência de mulheres negras, de forma que raça, gênero e classe se interconectam, sem necessariamente se sobrepor.

A questão de raça é central para as mulheres negras, ou seja, partimos da prática, do compartilhado e da experiência. Percebo que esse fato de partir de uma experiência pessoal que, ao mesmo tempo, é compartilhada, foi um dos pontos que

me fizeram dar sentido a esta pesquisa, como o sentimento de afetação, de se sentir parte e me guiar por escriturivências<sup>3</sup> de intelectuais negras, que me suscitam uma escrita pela cura, no sentido de uma confissão de si, que é também coletiva.

Por isso, a necessidade de olharmos sobre nossas vivências por meio da interseccionalidade, como instrumentaliza Carla Akotirene (2019), por meio das formulações da jurista norte americana Kimberlé Crenshaw, Akotirene atravessa-nos, trazendo para a baila a circularidade dos conhecimentos do candomblé, dando tessitura ao conceito e nos aproximando dele.

Destacando a centralidade das mulheres negras, na organização social e no ativismo, são as Mães de Santo bebendo na força da matripotência, que vão nos guiando a não sucumbir ao racismo e às violências que, historicamente, o povo preto vem resistindo.

A potência com que Carla Akotirene desenha os sentidos práticos das encruzilhadas através das avenidas identitárias traz concretude da articulação entre cruzar atlânticos na descrição da experiência da mulher negra. Assim, “a interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus feitos mundo afora” (AKOTIRENE, 2019, 114).

Portanto, o exercício de construção desta pesquisa se dá a partir da costura da maternagem para com a instrumentalidade da interseccionalidade dando tessitura à construção deste trabalho antropológico. Para, assim, construir uma pesquisa como um eco no sentido da força de saber que os nossos passos enquanto mulheres negras vêm de longe, e, se hoje ousamos ser o sonho das nossas mais velhas, é porque elas sonharam em construir uma agenda de luta e de resistência que vem sendo costurada através de um fio que é a escrita e vida de mulheres negras.

## **1.2 Percurso Metodológico**

Afirmo o meu posicionamento teórico-metodológico num constante desafio, por ser filha de mãe solo, criada em um contexto marcadamente feminino, em que

---

<sup>3</sup> Conceito cunhado pela escritora negra Conceição Evaristo, uma eloquente intelectual que vem construindo um campo de atuação de uma literatura da população negra.

prevaleceram a força e a resistência de mulheres que foram subjugadas e criticadas por suas trajetórias.

Por isso, ao longo deste trabalho, caminho por um processo de afetação e reconhecimento que a Antropologia proporciona, guardadas as devidas aproximações e o distanciamento, ressaltando que a aventura antropológica também nos exige o resgate das nossas intersubjetividades como instrumentos de trabalho (CARDOSO, 1988).

Ruth Cardoso (1988, p. 95) coloca que as qualidades de um bom pesquisador seriam a “capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas”; ou seja, o fazer antropológico está permeado por intersubjetividades definidas como sendo:

[...] uma comunicação simbólica que supõe e repõe processo básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (CARDOSO, 1988, p. 103).

Portanto, tenho por caminho esse processo de intersubjetividade que me permite mergulhar nos sentidos da maternagem solo no constante movimento de aproximação e estranhamento, que me possibilita desvendar questões novas e produzir um conhecimento que seja teórico, afetivo e político.

Esse exercício de conexão teórico, afetivo e político foi proposto pela minha orientadora, proporcionando-me uma oxigenação para com a pesquisa, que me levaram na percepção de conceitos que orientam este trabalho e minha escrita que são eles: Mães solo, Mãe solteira, Maternagem, Maternidade, Interseccionalidade, Relações de Cuidado, Práticas Parentais, Afetividade, Dororidade, Solidão.

Assim, traçaram o delineamento do meu trabalho de campo e do desenhar metodológico que circunscreve o desenvolvimento de um diário de campo em que eu anoto os textos que vou lendo, as indagações e os sentimentos que aquele texto me traz, como as autoras elaboram seus referenciais teóricos, como os textos estão estruturados, quais são as perguntas norteadoras, para, assim, ir criando um quadro de autoras e conceitos de textos que pretendo ler posteriormente ou pesquisar mais a fundo.

Esse estilo de diário seria mais próximo do que Florence Weber (2009) definiu como sendo “um ‘diário íntimo’”. Nesse último caso, conforme o modelo dos

diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor” (WEBER: 2009, 158).

Logo, o diário de campo se tornou um confidente de angústias e, principalmente, o registro da minha caminhada em termos de elaboração e construção do quadro teórico, de dúvidas e indecisões acerca do tempo e dos objetivos da pesquisa e, principalmente, um registro de uma temporalidade de pensamento que ficaram registrados e marcam o transcorrer do que significa pesquisar.

No diário, encontro o resgate de uma memória que falha; toda vez que volto ao diário também é um momento de reconexão com a pesquisa e com a elaboração da dissertação, em suas páginas em branco, em minhas metas e planos que foram escritos ali, nas formulações que foram amadurecendo ao longo do transcorrer do tempo e se transformando em novas engrenagens. O diário marca um estado de consciência e de como o trabalho de escrever e pesquisar é um ato solitário, porém, é possível encontrar prazer na solidão, como coloca Debora Diniz (2013) no livro “Carta para uma orientanda”.

Foi por meio dessa leitura que pude pensar na estrutura da minha dissertação, de instrumentalizar perguntas norteadoras e, principalmente, qualificar os sentidos da orientação. Por meio daquela, percebi a necessidade de criar um cronograma de estudo, de tentar me conhecer enquanto escritora e de montar o meu quadro de autoras fortes, visando a necessidade de fortalecer o diário de campo enquanto ferramenta metodológica.

Esse encontro com o diário de campo enquanto ferramenta metodológica e companheiro de vida é descrito, de forma sensível, na obra de Carolina Maria de Jesus (1994), intitulado “Quarto de Despejo”; é mágico ver como a autora recorre à escrita do diário como sopro de vida e existência. Na escrita de Carolina, pude perceber como o diário é um marco histórico entre o particular e o coletivo. Nos diários, está registrada a produção de Carolina M. de Jesus, no tempo e no espaço, marcando, assim, uma temporalidade ou mais precisamente uma situacionalidade etnográfica.

Logo, por meio dos diários da intelectual e escritora Carolina M. de Jesus, é possível conhecer a sua história de vida e, ao mesmo tempo, a realidade da favela do Canindé, marcando assim, uma temporalidade histórica desse registro que se circunscreve aos anos de 1950 e 1960, na cidade de São Paulo (SP).

Com Carolina M. de Jesus, pude observar uma escrita que consegue descrever, de forma tão sensível, a realidade que a cercava; com um olhar de uma excelente observadora, aprendi muito com a leitura desse escrito, principalmente me fez refletir sobre as aproximações com uma autoetnografia e com a potência das escrevivências.

Assim, o exercício a que me proponho, na dissertação, é de entender os sentidos, os símbolos e os significados da maternidade solo de mulheres negras, por meio de suas trajetórias de vida.

Destaco que o desenvolvimento metodológico foi uma adaptação, e foi totalmente impactado pela conjuntura da pandemia do coronavírus<sup>4</sup> que nos devastou e desestruturou as possibilidades de fazer um trabalho de campo com as devidas aproximações que a etnografia me inspira. Essa realidade me fez (re)pensar o trabalho de campo, trazendo essa experiência para algo que fosse possível, dentro do distanciamento e isolamento social.

Trago esse desenhar no sentido de ser honesta para com as condições que se estabeleceram nos últimos dois anos que venho germinando esta escrita e no desejo de deixar registrada uma temporalidade que circunscreve o fazer científico e a produção de conhecimento no Brasil.

Escrever esta dissertação também me conecta com as minhas perdas na pandemia: duas mulheres negras e mães solo, que deram a vida ao dribble da maternagem e que me inspiraram com o desejo de continuar sendo um ponto fora da curva e, por meio de suas trajetórias de vida, pude perceber algo que marca a cara dessa pandemia que é a percepção que são as mulheres negras, mãe solo que mais viram suas vidas serem ceifadas com o acirramento das desigualdades.

Assim, venho desenhando uma adaptação metodológica que está em consonância com as possibilidades de se fazer pesquisa no Brasil, dentro de uma conjuntura de isolamento social.

Logo, a solução encontrada foi a construção de uma pesquisa que pudesse ser realizada por meio de ferramentas digitais, sendo que o caminho metodológico

---

<sup>4</sup> Em março de 2020, explode no Brasil a pandemia que alastrou o mundo causada pelo vírus SARS-COVID-19, que vem exterminando a população brasileira. Em novembro de 2021 temos a triste marca de 610 mil pessoas que perderam a vida por causa da Covid-19 no Brasil.

desenvolvido teve por etapas a divulgação da pesquisa<sup>5</sup> em grupos de mulheres negras, tais como o das cursistas do projeto Mulheres Negras Resistentes, tendo por uma das coordenadoras a professora Vera Rodrigues, e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (Nuafro), da Universidade Estadual do Ceará (Uece), coordenado pela professora Zelma Madeira e nas redes sociais de forma mais ampla.

Esse percurso de circular o cartaz de divulgação da pesquisa nos grupos acima, dá-se pelo recorte de raça e por acreditar que essa rede de mulheres negras pode facilitar um maior engajamento na pesquisa. Ou seja, fazer com que o formulário possa circular de forma mais direta, para com o perfil das mulheres que pretendo construir enquanto interlocutoras e parceiras de pesquisa.

Portanto, após o recebimento das respostas, fiz um trabalho de análise e categorização metodológica, no sentido de entender quem são essas mulheres, para assim definir os próximos passos da pesquisa e do trabalho de campo.

Dessa maneira, este trabalho tem por metodologia uma pesquisa etnográfica pautada pela análise interseccional de narrativas dessas mulheres. O objetivo é entender os símbolos e os significados cotidianos da maternidade, para, assim, perceber as encruzilhadas cotidianas que envolvem a maternagem solo de mulheres negras em toda a sua vivência relacionada a questões individuais e coletivas.

Costurando, assim, os objetivos específicos, quais sejam: 1) investigar como a maternidade é socialmente construída; 2) entender como as relações de cuidado são construídas em famílias negras, especialmente compostas por mãe solo negras; e 3) investigar as articulações entre afetividade, solidão e maternagem negra.

### 1.3. Construção do trabalho de campo

Dadas as adaptações metodológicas por causa da pandemia de covid-19, tive que (re)elaborar minhas concepções de campo e me aventurar a construir este espaço/ tempo e experiência sobre novas formas que são a feitura de uma etnografia

---

<sup>5</sup> Para fins de divulgação da pesquisa, foi construído um cartaz para circular na *internet* e ter maior adesão ao questionário de pesquisa, o qual foi elaborado na ferramenta google formulário e se encontra nos anexos desse trabalho junto com o cartaz. O formulário se encontra disponível no seguinte link: <https://forms.gle/E5ootiNuS1WckBbKA>

que foi construída através de telas, a tela do computador, a tela do celular e circunstanciada ao isolamento e o distanciamento social para com as minhas interlocutoras.

Entender essa adaptação metodológica e a possibilidade de se fazer uma etnografia mediada por telas se deu pela inspiração do trabalho realizado pela professora Sônia Maluf (2021) que, por sua vez, elaborou novos sentidos para compreensão do trabalho de campo e o que significa pesquisar em contextos pandêmicos.

Lembro da ideia básica do dado etnográfico como interpretação já de segunda, terceira mão. Interpretação ou não, nossos dados não estão “dados”, seja qual for a janela que nos leva a eles. Não estou fazendo uma pesquisa sobre a pandemia na internet, nem sobre a internet durante a pandemia. Mas é necessário reconhecer que a internet é neste momento um processo cultural da pandemia, ou um dos desdobramentos da pandemia como processo social e cultural, assim como a pandemia se produz também como um fenômeno na internet<sup>1</sup>. Seria impróprio dizer que estou tentando fazer alguma etnografia com esses fragmentos que entram pelas janelas e pelas telas que vou recolhendo durante o isolamento? De certo modo estou seguindo o fluxo do mundo, ou de parte dele, que durante a pandemia ocupou o espaço que pode ser chamado de online, digital, virtual, ciber, das redes sociotécnicas, mas que na prática vai chegando para cada um nós no formato de uma tela em geral retangular, através da qual interações, conexões, práticas discursivas e não discursivas, modos de performatividade se produzem. (MALUF, 2021, p 259).

Essa elaboração do trabalho de campo se inicia com a circulação do cartaz eletrônico de divulgação da pesquisa, o mesmo teve uma boa circulação nas redes, principalmente no *Instagram*. Obtive, através do formulário de pesquisa, o contato com dez mulheres mãe solo, dentre elas seis residem na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana e quatro em estados diferentes da federação brasileira.

Optei por me aprofundar mais detalhadamente na história de vida das mulheres residentes na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana, enviando *e-mails*, agradecendo a interação via questionário de pesquisa e propondo uma conversa para estreitar os laços e entender melhor suas histórias de vida. Das seis mulheres que foram contatadas, três deram retorno e, assim, fui construindo as etapas seguintes dessa elaboração de uma etnografia em tela.

A próxima etapa foi estreitar as relações passando do contato via *e-mail* para o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. Assim, conseguimos dialogar e marcar conversas em maior profundidade via um programa de chamada de vídeo chamado *Google Meet*.

As entrevistas ocorrem através dessa plataforma de chamada de vídeo, em que pudemos conversar e termos as primeiras percepções entre pesquisadora e interlocutoras. Esse processo de apresentação foi essencial para poder dar vida e corpo às respostas dos questionários; assim como construir uma relação que foi mediada pela tela de computador, porém minimamente consegui captar, sorrisos, choros, expressões faciais e, assim, elaborar novas concepções de aproximação no que tange ao trabalho de campo.

Corporificando um ambiente virtual que possibilitou a conexão e a aproximação que, para Christine Hine (2020), são recursos metodológicos que circunscreve ao fazer uma pesquisa mediada pela *internet*. A autora define esse espaço como um ambiente que pode ser acionado a partir de um cotidiano, corporificado e incorporado.

A elaboração de uma relação entre a *internet* e a etnografia que se apresenta de forma maleável e adaptável, enquanto conjunto de técnicas da etnografia e enquanto um experimento multisituado e de multilugares, na busca por estabelecer conexões.

No que se segue, vou em busca de uma noção de etnografia localizada no corpo, circunstancialmente ativa e experiencialmente focada, e exploro como esta forma de entendimento pode ser promovida e sustentada em um mundo cheio de comunicações mediadas. [...] um etnógrafo, mesmo na era da Internet, continua a desenvolver uma forma distinta de conhecimento através do estar, fazer, aprender e praticar e por uma associação próxima com aqueles que fazem o mesmo no decorrer de suas vidas cotidianas. Em um mundo repleto de mídias, a associação próxima pode vir a significar proximidade por meio de interações mediadas e a etnografia precisa estar pronta para se adaptar a essa forma de proximidade tanto quanto à proximidade física - mas sem perder de vista os princípios originais que motivam o engajamento etnográfico e que fazem da etnografia uma forma de conhecimento distinta e perspicaz. (HINE, 2020, p. 04).

Esse processo de corporificação e identificação foi essencial para que se construísse uma relação mínima de confiança, que foi sendo elaborada através da minha apresentação enquanto uma mulher negra pesquisadora que está construindo uma pesquisa de algo que é próximo a mim, por ser filha de mãe solo. Apresentar-me assim, possibilitou a criação de uma espécie de aproximação para com as minhas interlocutoras no sentido de conexão e compreensão acerca de suas trajetórias de vida. Ali era uma filha de mãe solo, conversando com uma mãe solo na busca por entender melhor o que essa experiência significa.

Construir esse diálogo, apresentando pontos que, de alguma forma, conectavam-me à experiência de vida dessas mulheres, criou uma atmosfera que traduz como uma espécie de pacto do vivido entre mulheres que estavam mergulhando na busca por entender suas vivências.

A minha primeira incursão, nessa elaboração do trabalho de campo, mediado pela tela, aconteceu no dia 09 de agosto de 2021. Marquei uma conversa com minha interlocutora via chamada de vídeo. Era entardecer e eu estava sentada em frente ao computador fazendo anotações sobre o que ela tinha escrito no formulário e havia uma espécie de frio na barriga por nunca ter feito uma entrevista via *internet*.

Quando minha interlocutora abre a câmera, abre-se um sorriso e iniciamos uma conversa longa, que teve por duração uma hora e quarenta minutos. Os primeiros minutos são de apresentação, depois de cada tempo transcorrido íamos conseguindo adentrar cada vez mais em situações difíceis e delicadas interpostas por pausas e reflexões, a cada palavra mergulhava em sua história, bem como criava uma espécie de conexão com experiências vivenciadas que estavam guardadas na memória que são acionadas, através desse pacto do vivido.

Essa primeira interlocutora optou por ser identificada por Girassol, tem 32 anos, mora na cidade de Fortaleza, trabalha como técnica administrativa em uma instituição de ensino do estado do Ceará, tem uma filha de dez anos, mora com os pais, é militante do movimento negro unificado (MNU) e filha de Oxum, na Umbanda.

A segunda entrevista aconteceu no dia 10 de agosto de 2021. Teve por duração uma hora. A conversa começou em um fim de tarde através de uma chamada de vídeo; essa segunda conversa se deu de forma mais contínua, em razão de já ter feito uma no dia anterior, porém, diferentemente da primeira, que tinha acontecido com Girassol em casa, no quarto que ela divide com a filha. Essa segunda aconteceu no horário de trabalho dela. Ou seja, foi necessário um tempo até conseguimos nos conectar e adentrar mais a sua trajetória de vida. Assim, construiu-se a aproximação com a minha segunda interlocutora que optou por usar o seu primeiro nome Lia, tem 32 anos e uma filha de seis anos, é estudante de *marketing* e mora na casa dos avós, na cidade de Fortaleza.

A terceira entrevista aconteceu no dia 28 de agosto de 2021, no fim da tarde de um sábado, teve por duração vinte e sete minutos, a interlocutora optou por

esse dia devido ao seu emprego e o trabalho doméstico, ela optou por usar o seu nome, que é Sônia, tem 41 anos, é professora da rede estadual, tem dois filhos, um menino de quinze anos, que foi adotado no seu primeiro casamento, e uma menina de seis anos, fruto do seu segundo casamento. Sônia reside na região metropolitana de Fortaleza, na cidade de Pacatuba, mora em uma casa própria.

Assim, através dos relatos dessas três colaboradoras na pesquisa, por meio de suas narrativas, irei mergulhar a fundo na tentativa de entender o que significa ser mãe solo a partir da trajetória de vida dessas três mulheres: Girassol (32 anos), Lia (32 anos) e Sônia (41 anos), construindo aproximações e diferenciações entre suas experiências para, assim, ir elaborando essa teia de significados acerca da maternagem de mulheres negras, que perpassa pela análise e reflexão dos formulários de pesquisa respondidos pelas interlocutoras, posteriormente a realização das entrevistas e posteriormente a transcrição das mesmas integradas à análise das falas, buscando construir um fio condutor para suas experiências de maternagem.

Para tanto, irei construir, ao longo dos próximos capítulos, caminhos que buscam apresentar e entender suas experiências e trajetórias. Percorrendo, assim, no capítulo seguinte (capítulo 02), a construção sócio histórica da maternidade e como a mesma é condicionada pelos desdobramentos da colonização no tocante às famílias negras e suas constituições de família.

Em seguida, no capítulo 03, apresento as trajetórias de vida de Girassol, Lia e Sonia, na busca por entender os significados e o que é a maternidade solo para estas três mulheres, percorrendo, assim, o que intitulei como sendo: O solo de Girassol, O terreno de Lia e a Superfície de Sônia, em analogia à construção do conceito de mãe solo, em referência ao chão que pisamos e caminhamos nessa terra-mãe.

O capítulo 04 elabora os sentidos da interconexão entre maternidade solo e afetividade de mulheres negras e como essas experiências moldam situações de solidão para as mulheres negras. Para, assim, chegar na conclusão que faz um apanhado dos achados da pesquisa e a expande na necessidade de reflexão e continuidade do trabalho, adentrando ao terreno das subjetividades e que envolvem a percepção das filhas de mães solos e como essas trazem, em suas trajetórias de vida, as marcas das ausências paternas e que reproduzem um ciclo de rejeição afetiva e

solidão da mulher negra, retornando à pergunta norteadora neste trabalho: Ser mãe solo é um fenômeno individual ou coletivo? O que significa ser mãe solo?

## 2. “O JORRAR DO NOSSO SANGUE MULHER”

“A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
a lua fêmea, semelhante nossa,  
em vigília atenta vigia  
a nossa memória.

A noite não adormece  
nos olhos das mulheres,  
há mais olhos que sono  
onde lágrimas suspensas  
virgulam o lapso  
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
vaginas abertas  
retêm e expulsam a vida  
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles  
e outras meninas luas  
afastam delas e de nós  
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá  
jamais nos olhos das fêmeas  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede  
de nossa milenar resistência.”

(Conceição Evaristo. Em memória de  
Beatriz Nascimento, 2008, p. 21)

Conceição Evaristo (2008), grande intelectual negra, escritora e contadora de histórias, como a mesma gosta de ser descrita, escreve o poema acima em homenagem à memória da milenar resistência de Beatriz Nascimento<sup>6</sup>: mulher, negra, nordestina, quilombola, historiadora, poeta, ativista do movimento de negras e negros, que dedicou a sua vida à militância.

---

<sup>6</sup>Beatriz Nascimento foi uma grande intelectual e ativista que lutou pelos direitos humanos. Foi uma grande precursora dos estudos sobre questões étnico raciais no ambiente acadêmico e, principalmente, para os movimentos sociais. Uma grande personalidade que teve sua vida interrompida de forma brutal aos 52 anos. Para saber mais sobre sua trajetória, recomendo ler o livro de Alex Ratts (2007), que nos alerta para os simultâneos não esquecimento e invisibilidade desta grande pensadora.

Evaristo, através do seu eu-poético, fala da situação de opressão e discriminação das mulheres negras, denunciando suas dificuldades e desafios, tal como a criação dos filhos de forma solitária, como no verso “vaginas abertas retêm e expulsam a vida”. Ela também anuncia, assim, o ciclo de dificuldades dessas mulheres que agrava suas condições de vida.

Ao apresentar a imagem da noite, Evaristo está querendo nos alertar para o constante estado de vigília que passam as mulheres. Falando que há mais “olhos do que sonhos”, ela se refere à própria incapacidade dessas mulheres de poder descansar e sonhar. Mais sensível ainda é a representação da noite como o espaço de não descanso, e da percepção de estar só em suas múltiplas jornadas.

Porém, também, é da dor e da perpetuação da vida que jorra a semente da esperança, como quando Conceição coloca que “de nosso líquido lembradiço em cada gota que jorra um fio invisível e tônico [...] de nossa milenar resistência”.

Nesse sentido, as filhas a fazem acreditar que, apesar da dor, é possível sonhar através desse jorrar de esperança. Em suma, parece-me que esse poema descreve muito bem as subjetividades e os sentimentos que perpassam a experiência da mulher negra numa constante luta pela existência e sobrevivências cotidianas.

Esse é um dos princípios que norteiam e diferenciam as vivências de mulheres negras e brancas, principalmente, no que tange à maternidade. Por isso, ao longo deste capítulo, irei fazer uma reflexão sobre o sentido histórico da maternidade para as mulheres negras, a fim de tentar entender como ela é socialmente construída e vivenciada sobre perspectivas diferenciadoras que tem por base a interseccionalidade de raça, gênero e classe.

Compreendo que essas encruzilhadas estão interligadas dentro de um contexto amplo de atuação e, principalmente, que não há necessidade de hierarquizá-las. Segundo Djamila Ribeiro (2017), são formas que se entrecruzam gerando distintas formas de opressão que:

Justamente por isso não pode haver hierarquia de opressões, pois, sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. É preciso pensar ações políticas e teóricas que deem conta de pensar que não pode haver prioridade, já que essas dimensões não podem ser pensadas de formas separadas (RIBEIRO, 2017, p. 42).

Por isso, faz-se necessário contextualizar como a maternidade é socialmente construída e destacar como os processos de colonização e o sistema escravocrata condicionaram relações de cuidado e parentalidade.

## 2.1 Historicizando o Conceito de Maternidade

A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949), a partir de uma perspectiva do feminismo branco ocidental, formulou as mulheres brancas como o “outro”, tendo como referencial o modelo de superioridade – homem, branco e heterossexual. Porém, cabe o questionamento: se a mulher branca é o outro, a mulher negra seria o que dentro dessa instrumentalização de opressão? Ou seja, Beauvoir está pensando uma teoria que tem dado conta da realidade de mulheres brancas.

Ainda assim, o pensamento de Beauvoir (1949) me ajuda a pensar a maternidade a partir de um princípio existencialista, no qual, seguindo a linha de pensamento da autora podemos deduzir que, como não nascemos mulheres, também não nascemos com um “suposto instinto de maternidade”, pois as mulheres tornam-se mães e aprendem socialmente o conceito e o sentido da maternidade.

Essa maternidade, muitas vezes, é imposta de forma naturalizada e romantizada, por meio, por exemplo, das brincadeiras e dos brinquedos de crianças que reproduzem a divisão sexual do trabalho, definindo o que é dito de “menina” e de “menino”, binarizando o mundo entre rosa e azul e legitimando uma narrativa da virilidade masculina que “[...] é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que eles se distinguem hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina”. (HIDRATA *et al.*, 2009, p. 102).

Esse discurso é segmentado entre a esfera pública e a privada. As ditas meninas são instruídas a brincadeiras dentro da esfera doméstica, ou seja, do privado; enquanto os meninos, na rua, são instruídos a exercerem o seu poder de estarem exatamente na vida pública, criando-se um imaginário de distanciamento dos meninos das atividades domésticas que, posteriormente, na vida adulta, isenta-os das suas responsabilidades paternas. Vai-se retirando a responsabilidade e o compromisso do pai para com a paternidade, tornando-o um elemento à parte na criação de uma filha

ou filho, muitas vezes, como sendo exclusivamente uma figura de progenitor ou provedor do ambiente familiar.

Penso apenas que, a partir do momento em que endeusamos a maternidade, muitas vezes, estamos (des) agenciando a participação paterna e não pensando uma paternidade sobre o viés da divisão de tarefas, tendo por base a equidade e não a tão clássica “ajudinha”<sup>7</sup>.

Acredito também que não podemos encerrar nisso a questão da paternidade, pois, assim como não existe um modelo ou perspectiva única de maternidade, também não existe apenas um de paternidade, havendo inclusive as narrativas de homens que, contrariando a norma da ausência paterna, têm para suas vidas outras experiências mais participativas no que tange à criação das filhas e dos filhos<sup>8</sup>.

Regina Facchini (2018) apresenta a inserção das mulheres nos campos de produção de conhecimento também como sendo um grande marco no que tange às relações familiares e ao campo de estudos de gênero:

Considero também a existência de um campo de estudos de gênero, que foi se constituindo a partir do momento em que mulheres passaram a estar mais presentes nas universidades. E que passaram a contestar o modo como as vidas das mulheres eram abordadas, a partir do olhar até então predominantemente masculino, e a se engajar no estudo de questões que envolviam as desigualdades, opressões ou modos de exploração relacionados à divisão do mundo entre homens e mulheres. (FACCHINI, 2018, p. 36).

A percepção da criança, no ambiente familiar, ao longo dos tempos, também foi se modificando. No contexto europeu, mais precisamente na França do século XVIII, tinham-se filhos para a perpetuação das dinastias, enquanto na contemporaneidade, os filhos tendem a ser vistos como continuidade da vida familiar. Em outras palavras:

Se outrora insistia-se tanto no valor da autoridade paterna, é que importava antes de tudo formar súditos dóceis para sua Majestade. Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que

<sup>7</sup>O princípio da equidade entende que o pai e a mãe têm as mesmas responsabilidades. Porém, o que acontece em muitos casos é que os pais têm suas responsabilidades flexibilizadas e as mulheres têm que se sobrecarregar e assumir múltiplas jornadas de trabalho.

<sup>8</sup>Ressalto que esse comportamento com vistas à divisão do trabalho doméstico tem muita relação com a contemporaneidade e, principalmente, com a luta dos movimentos feministas, desde o século passado, que vem discutindo a questão dos papéis e relações de gênero e as divisões sexuais do trabalho. Essas discussões criaram e criam, assim, espaço para debater as masculinidades hegemônicas e os modelos de paternidade e relações familiares.

peçoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. (BADINTER, 1985, p. 145).

A partir da intervenção do Estado na condução da criação dos filhos, surge o germe do nosso paradigma de interpretação da maternidade, que é a responsabilização da mãe encarregada da tarefa de educar sujeitos que agora são percebidos como sendo aqueles que darão riqueza para o Estado.

As mães passam, conforme o contexto descrito por Badinter (1985), a serem as educadoras da moral do Estado, as administradoras e as médicas, ou seja, o princípio de “valorização” social. As mães têm essa importante tarefa e seus filhos não seriam mais amamentados por amas de leite, nem acompanhados na primeira infância exclusivamente pelas servas, mas sim pela sua mãe.

Essa transformação ocorre no sentido de a mulher burguesa galgar o seu espaço em sociedade, como continua refletindo a autora:

Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e “nobre”, que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana. (BADINTER, 1985, p. 145).

A mulher europeia, branca e burguesa do final do século XVIII, portanto, viu, na maternidade, a constituição de uma ação valorativa e a perpetuação do Estado nacional e da família tradicional burguesa. Esse empreendimento é totalmente diferente da experiência da mulher negra que vivenciou a negação da maternidade, segundo esses parâmetros, porém, é inegável que o discurso do amor materno e da obrigatoriedade da maternidade recai sobre a vida de todas as mulheres, sejam elas negras, brancas e das mais diferentes classes sociais. Badinter (1985) tece uma breve explicação sobre a recepção pelas mulheres da imposição de ser uma “boa mãe”:

Mais uma vez, foi o interesse da mulher que ditou o comportamento da mãe. Mesmo que este tenha sido realmente influenciado pelo discurso que celebrava o reinado da “boa mãe”, dois fatores influíram igualmente na opção das mulheres. Em primeiro lugar, suas possibilidades econômicas, mas também, variando segundo sua posição social, a esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar, ou da sociedade. Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e, sobretudo a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe. (BADINTER, 1985, p. 199).

Percebo que, ao mesmo tempo em que as mulheres do século XVIII viram, através dos discursos de maternidade, a oportunidade de galgarem mais visibilidade social, essa mudança de discurso e lugar social da mulher obteve resultados, no mínimo, contraditórios, pois existe uma desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico, a invisibilidade da maternidade e da sua relação para com a divisão sexual do trabalho. Não podemos deixar de notar:

[...]uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (HIDRATA *et al.*, 2009, p. 68).

Eis a arqueologia da legitimação do mito do amor materno, sobre o manto de um suposto existencialismo biológico, que determina as rotas e os destinos das mulheres.

Portanto, temos a família não só como entidade ou instituição natural e biológica, mas, sobretudo, como um local de reprodução e perpetuação de múltiplas jornadas de trabalho. Assim, as diferenciações das ditas atividades masculinas e femininas têm as suas bases consolidadas nas construções sociais, ou seja, não são provenientes de um pensamento simplista ou de uma mera causalidade biológica.

Essas diferenciações se alicerçam, sobretudo, numa base material perpetuada e fundada nos capitais culturais, nas relações de poder e nas hierarquizações de gênero que, segundo Joan Scott (1995), são alimentadas para a manutenção das relações de poder:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/ mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92).

Portanto, a maternidade se constituiria de duas facetas: a primeira, no sentido da sua supervalorização para/pela mulher branca, enquanto uma ação valorativa de manutenção do poder da família tradicional. Na segunda, uma perspectiva social de desvalorização da maternidade para as mulheres negras, principalmente após a abolição da escravatura, pois os filhos dessas mulheres já não

eram mais mercadorias, mas sim indivíduos que dificultavam o desenvolvimento de um novo sistema econômico e retratavam a pobreza e a miséria sistematizadas. Essa desvalorização tem como desdobramento instrumentos de extermínio da população negra na nossa contemporaneidade, denunciadas por Sueli Carneiro (2001) da seguinte maneira:

[...] como a violência policial, o extermínio de crianças, a ausência de políticas sociais que assegurem o exercício dos direitos básicos de cidadania têm sido objetos prioritários da ação política dos movimentos negros, os problemas colocados hoje pelos temas de saúde de população nos situam num quadro talvez ainda mais alarmante em relação aos processos de genocídio do povo negro no Brasil. (CARNEIRO, 2001, p. 03).

Por isso, debater a maternidade e a realidade das mães solo negras é, antes de tudo, denunciar um sistema que, ao longo dos tempos, colocou essas mulheres numa posição de não existência.

De forma semelhante, é necessário que entendamos os lugares de fala, as subjetividades e as práticas culturais das mulheres negras, conjugando suas experiências com um sistema de gênero e classe que tende a acentuar essas múltiplas desigualdades que afetam a vida das mulheres. É importante também não pensar em termos de uma opressão universal, no entanto, como uma experiência particularizada que deve ser compreendida dentro de um contexto de desigualdades.

## **2.2 As Consequências da Colonização para a Maternagem de Mulheres Negras**

Oyewùmé (2021) localiza as consequências da colonização no contexto das sociedades africanas, no caso, as iorubás através da invenção da categoria “mulher”, em um contexto social que não tinha sua organização baseada na ideia de identidade de gênero.

[...] O processo colonial foi diferenciado por sexo, na medida em que os colonizadores eram machos e usaram a identidade de gênero para determinar a política. Pelo exposto, fica explícito que qualquer discussão sobre hierarquias na situação colonial, além de empregar a raça como base das distinções, deve levar em conta seu forte componente de gênero. As duas categorias racialmente distintas e hierárquicas do colonizador e do nativo devem ser expandidas para quatro, incorporando o fator de gênero. No entanto, as categorias de raça e gênero emanam obviamente da preocupação na cultura ocidental com os aspectos visuais e, portanto, físicos da realidade humana (verificar acima). Ambas as categorias são uma consequência da bio-lógica da cultura ocidental. Assim, na situação colonial, havia uma hierarquia de quatro e não duas, categorias. Começando no topo

eram: homens (europeus), mulheres (europeias), nativos (homens africanos) e outras (mulheres africanas. As mulheres nativas ocupavam a categoria residual e não específica do Outro. (OYEWÛMÉ, 2021, p.186).

Em consonância com o pensamento de Oyewùmé (2021), entendo que a mulher negra, dentro da conjuntura do estado colonial, foi posta no local de Outridade e como ela nos alerta para além dessa categoria, a mulher africana e suas descendentes, dentro do sistema escravocrata, irão ocupar um não local que a autora define como sendo residual.

Logo, as consequências da colonização, no Brasil, dizem muito sobre o estado de vida das mulheres negras, pois, ao longo dos tempos, houve poucas transformações sociais no que tange ao seu local de reprodutora de um sistema em nossa sociedade. Djamila Ribeiro (2018) sugere a seguinte sequência de acontecimentos no ciclo de vida das mulheres negras:

As mulheres negras escravizadas eram obrigadas a abandonar seus filhos para alimentar e cuidar dos filhos das sinhás. Após a abolição, a estrutura não se transforma, é reificada. As ex-escravizadas seguem trabalhando como domésticas e, mais uma vez, são obrigadas a abandonar seus filhos, seja porque moram no trabalho, porque saem de suas cidades em busca de trabalho em grandes centros ou porque simplesmente passam o dia trabalhando e são forçadas a pensar em arranjos familiares para dar conta dos filhos menores. (RIBEIRO, 2018, p. 65).

Esse ciclo de vida e opressão da mulher negra é um sistema que, ao longo dos tempos, foi se atualizando e pouco modificado naquilo que se refere à estrutura social em torno da mulher negra, que continua trabalhando sob o *juris* de um trabalho análogo ao escravizado e, principalmente, questiona o falso mito da fragilidade feminina:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de **objeto**. Ontem, a serviço de frágeis sinhaszinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2001, p. 2 – grifo nosso).

Essa conjuntura apresentada por Carneiro (2001) e Ribeiro (2018) desenha a experiência racializadora da mulher negra. Suas falas me fazem refletir sobre a

existência da mulher negra de forma diferenciada como também entender que existem elementos de sua existência que são universalizantes, como as discriminações e as violências.

A filósofa negra norte-americana Angela Davis (2016) escreveu um livro, em 1981, que hoje é considerado um clássico para os estudos sobre feminismo negro. Nesse livro, intitulado “Mulheres, raça e classe”, ela reflete de uma maneira que me permite entender que existem algumas aproximações entre a vivência da mulher negra brasileira e a da norte-americana naquilo que corresponde aos mecanismos de opressão. Davis (2016) toma para si a responsabilidade de falar sobre a condição da mulher negra escravizada no contexto norte-americano, porém, a realidade que ela vai registrar também revela aspectos do nosso processo de escravização e da condição da mulher negra no Brasil. Ela fala, por exemplo, que:

[...] as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa [...] O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 17).

Portanto, parece-me que, mesmo que sejam contextos diferentes, as violências e a objetificação que as mulheres negras norte-americanas e brasileiras sofreram, enquanto corpos escravizados, foram semelhantes.

Como já colocado por Carneiro (2001) e reafirmado por Davis (2016), no sistema escravocrata brasileiro e norte-americano, as mulheres são essencialmente trabalhadoras e seus trabalhos pouco se distinguem em relação aos homens negros.

Existe, no entanto, uma dimensão marcada em seus corpos que é constantemente lembrada e que as diferenciava dos homens. Essa dimensão é a da violência sexual, de maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas, fazendo-as cientes da sua situação de mulher escravizada e reprodutora do sistema escravista. Ou seja, o seu valor para essa sociedade era calculado a partir da exploração de sua força de trabalho e da sua capacidade de multiplicação de mercadorias, que era como os seus filhos e filhas eram vistos.

A existência da mulher negra, como um ser dotado de direitos e humanidade, era totalmente negada. Antes de tudo, a mulher negra representava a própria objetificação de seu corpo. Carneiro (2001) nos anuncia que essa objetificação

do corpo da mulher negra é uma “herança colonial” que, na contemporaneidade, é constantemente atualizada. Portanto:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero a cor ou a raça instituídas no período de escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciadora que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2001, p. 01).

As mulheres negras, dentro do sistema escravista, eram subjugadas, principalmente por meio das punições por elas sofridas e diferentes do tipo sofrido pelos homens negros. De forma mais explícita, preciso considerar que essa mulher era estuprada, pois a sua punição era baseada no sexo forçado pelo senhor de escravizadas e escravizados.

Davis (2016) relaciona essa contradição com o modo de produção escravista, no qual a mulher negra é colocada como uma produtora integral, tanto na lavoura, quanto na reprodução, pois, ao passo que o aristocrata punia essas mulheres com o estupro para reafirmar sua posição dominante, ele a colocava em uma situação de simples reprodutora da força de trabalho. O estupro, na verdade, era uma expressão de dominação e controle do proprietário e dos feitores sobre as negras na condição de trabalhadoras e, principalmente, de abjetas desprovidas de humanidade.

Além disso, essa prática violenta também minou e tentou incapacitar as mulheres negras de se organizarem enquanto núcleos familiares, desencorajando a participação dos homens negros que eram, muitas vezes, infantilizados no que tange às relações familiares, construindo, assim, para as mulheres negras, uma rede de matrifocalidade de relacionamentos que configurou, ao longo dos tempos, um modelo de família muito centralizado na figura feminina.

Essa configuração se dá tanto como uma estratégia de não constituição da família negra aos moldes do patriarcado, bem como revela o fato de que muitos dos filhos das escravizadas foram frutos de estupros praticados pelos seus senhores. Ambas as perspectivas reverberam no que podemos definir como sendo a emergência do fenômeno das mães solo.

As mulheres negras também criaram formas de resistência cotidiana, desde as estratégias de se inserirem na Casa Grande para tentarem resguardar suas

vidas e transitarem em múltiplas formas de trabalho. As mulheres negras, historicamente, cumpriram papéis multidimensionais, transitando entre a senzala, a casa grande, a lavoura e a rua. Portanto, a mulher negra sempre trabalhou, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para o seu proprietário e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. (DAVIS, 2016, p. 17).

Sendo assim, enquanto a mulher burguesa, através do discurso da maternidade, galga espaço e importância social, a mulher negra tem, antes de tudo, um condicionamento de força de trabalho compulsória como sua realidade. Esse condicionamento a classifica, principalmente, como um objeto. Então, como essas mulheres iriam vivenciar a maternidade? É mais coerente constatar que não lhes seria sequer permitido a vivência de tal prática social. Eis porque as mulheres negras não são consideradas mães, mas meras reprodutoras:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. (DAVIS, 2016, p. 19-20).

É sobre esse pensamento de negação da maternidade que, por muitos anos, a mulher negra esteve condenada à condição de escravizada. A sua prole era classificada como objeto e ela, como uma vaca reprodutora, impossibilitada de constituir família.

A partir dessa sentença, que dificultava à mulher negra a vivência da maternidade sob os mesmos parâmetros da vivência da mulher branca, deduzo que as perspectivas de maternidade para esses dois grupos de mulheres são diferentes.

Também percebo que a constituição do que entendemos por família está associada à questão de classe, quando leio sobre as distintas formas de organização social e da moral patriarcal das camadas populares:

A escravidão e a miséria deixaram como herança séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisavam até mesmo as formas de amor e criação dos filhos. Estratégia comum às mães pobres consistia em

socializar os filhos através de uma extensa rede de vizinhança e parentela. (PRIORE, 2012, p. 201).

A condição de maternidade da mulher negra e pobre foi negada pela impossibilidade de criação de seus filhos. Também percebo, fazendo um paralelo com a conjuntura contemporânea, que ainda persiste a incapacidade da mulher negra e de classes desfavorecidas de vivenciar a criação de seus filhos, principalmente quando elas não podem contar com a colaboração do pai de seus filhos.

Muitas mulheres negras e de poucas posses se sujeitam a criar os filhos alheios para garantir o sustento e a sobrevivência dos seus, como é o caso das empregadas domésticas, mas não dispõem do tempo ou dos recursos para criarem seus próprios filhos.

As mulheres negras ainda estão sob o *juris* de lutar pela sua sobrevivência e existência. Onde reside esse imaginário social? Talvez na folclorização histórica brasileira que não preza por resolver os conflitos e, sim, por remediá-los. Penso até que ponto conseguimos libertar as mulheres negras das suas “predestinações”, pois os seus filhos ainda hoje são vistos como mercadoria, bem como os seus corpos, não cabendo a elas a capacidade de estabelecerem relacionamentos estáveis. Em muitos casos, elas se submetem a meras relações casuais e a não responsabilização de seus companheiros pela criação de seus filhos. Penso que essa característica social tem uma raiz nas fazendas coloniais e nas práticas violentas de dominação do corpo da mulher negra.

Percebo, assim, que existe uma contradição ou um falso moralismo da elite brasileira em perpetuar um padrão patriarcal de família<sup>9</sup> que não condiz com a realidade nacional. Essa realidade compreende arranjos e rearranjos familiares, principalmente no tocante às estratégias e às vivências da maternagem nas famílias pobres, que acionam redes de socioafetividades:

Para melhor entender o que significava ser mãe para as mulheres pobres do início do século, é necessário tirar a experiência materna do isolamento da família conjugal e situá-la dentro de redes sociais que perpassam a unidade doméstica[...] Essa circulação de crianças entre uma casa e outra não era, de forma alguma, excepcional. Verificamos práticas semelhantes em

---

<sup>9</sup> Como por exemplo, o edital da CAPES que visa mapear famílias, porém acaba recaindo numa projeção de nuclear ocidental de família, não dando vazão a pluralidade das organizações familiares dentro das suas subjetividades e diversidades. Recaindo, assim numa tentativa de padronização do que seja família. Ver mais em: EDITAL 2/2021 CAPES - Programa Família e Políticas Públicas no Brasil ([professorvladmirsilveira.com.br](http://professorvladmirsilveira.com.br)).

inúmeras famílias tanto do presente como do passado. Trata-se de uma prática particular aos grupos populares que deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças. (PRIORE, 2012, p. 534).

Essa necessidade de entender que as famílias pobres desenvolvem outras lógicas de sociabilidade e afetividade conversa para com a reflexão de Oyèrónké Oyèwùmí (1997), que questiona a aplicabilidade universal do conceito de família e gênero, pois essa é uma formulação que se baseia num perfil de família nuclear que não condiz para com a estrutura familiar africana; logo, fica a indagação do questionamento da categoria de gênero enquanto universal e da mulher também como esse construto universal.

Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Porque não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. Porque gênero é socialmente construído, a categoria social "mulher" não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? As situações de quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas? E de que grupos de mulheres em particular? Até que ponto isso facilita os desejos das mulheres, e seu desejo de entender-se mais claramente?". (OYEWÙMÍ: 1997, 2-3.).

Essas indagações devem ser refletidas de forma muito séria dentro da teoria antropológica, principalmente por uma antropologia feminista, pois essas reflexões nos informam sobre matrizes de conhecimento e como essas epistemologias são produzidas e recriadas reforçando dualismos como os "nós/ eles" ~ "objeto/sujeito".

Assim, cabe uma reflexão do conceito de gênero enquanto uma categoria relacional que deve ser acionada de forma contextualizada, situacional e etnográfica. Porém, devemos refletir que gênero é uma categoria "euroamericana" que condiciona a forma como observamos a cultura, logo, caberia a sua própria relativização do conceito e crítica, pois tal conceito foi formulado a partir de um prenúncio de sociedades patriarcais capitalistas que engendraram papéis sociais

para as mulheres baseados em economias capitalistas. Que, para Maria Lugones (2014), gênero é uma categoria colonial,

Não apenas por se impor sobre a vida em sintonia com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias, mas também por habitar mundos compreendidos, construídos. E, conforme tais cosmologias, animaram o ente-entre-outros/as em resistências a partir da diferença colonial em sua tenção extrema. (LUGONES, 2014, p. 942).

Portanto, reafirmo que é preciso entender o gênero e a maternidade como um fenômeno social que, ao longo dos anos, foi se modificando e criando experiências distintas mediadas pela interseccionalidade de raça, de classe e de gênero.

E, pelas contribuições culturais da população afro-brasileira e ameríndia, é importante destacar algo que irá contribuir para a construção sociohistórica da maternidade no Brasil, que são as religiões afro-brasileiras, dentre elas, principalmente, o Candomblé e a Umbanda.

Essas religiões irão fortalecer vínculos de familiares extensos para além de laços sanguíneos e que favorecem uma articulação de comunidade e coletividade que vem imprimindo, ao longo dos anos, na sociedade brasileira, uma experiência diferenciadora de maternidade.

Destacando como um elemento essencial para entendermos o que significa maternagem negra, ou seja, como a família de santo institui uma relação de cuidado e parentalidade a partir de suas associações com as Mães de Santo. No sentido de entender como essa filiação colabora para construção de laços de solidariedade, que, muitas vezes, extrapolam suas casas e imprimem, nas periferias das cidades desse país, um espírito de solidariedade e cuidado.

### **2.3 A Mãe de Santo e a Constituição de Relações de Cuidado**

Pensar em relações de cuidado em famílias negras é abrir caminhos para a ampliação do conceito de família, pois a população negra, em diáspora, teve que reinventar tais relações e expandir muitas vezes esse conceito para além de laços sanguíneos tendo por elemento central uma relação de afeto e cuidado.

Tal sentimento e a elaboração de novos sentidos de família se dão muito por elementos agregadores que são as religiões de matriz africana. Essas, ao longo dos anos, foram sofisticando o entendimento da maternagem negra como uma relação

de cuidado, por isso se faz necessário pensar essa forma de maternagem que conta com o protagonismo de mulheres negras que são as Mães de Santo.

Para Sueli Carneiro (2019), a centralidade da mulher nas religiões de matriz africana se dá através do poder feminino no culto aos orixás. Como Oxum, Iansã, Oba, Nanã e Iemanjá, que são a representação de feminilidade dentro do imaginário social da umbanda e do candomblé.

Ou seja, essas religiões têm, em seu panteão, a forte presença da imagem das mulheres que, muitas vezes, está associada à imagem da mãe, porém não a mãe romantizada e reprodutora do catolicismo, mas sim uma mãe humanizada que dá vida às experiências mais distintas de maternagem.

Se a sociedade patriarcal reduz a sexualidade feminina apenas à procriação, as deusas africanas são mães e amantes. Iemanjá, mãe dos orixás, enfeitiça os homens e os atrai ao seu grande ventre (o mar). Ela os devora porque é de temperamento apaixonado e instável, ciumento e possessivo, ela é o mar, calmo e plácido, violento e destruidor. Ela rejeita os filhos, ela os ama com furor. Iemanjá, assim como Oxum, é um orixá ligado às águas. (CARNEIRO, 2019, p. 71).

Iemanjá, como uma figura de Maternagem, ensina-nos, a partir da sabedoria das águas, que a experiência de ser mãe não pode ser reduzida a uma relação de reprodução, mas sim que essa experiência perpassa por elementos que são particulares e coletivos, no sentido de que cada mulher irá vivenciá-la de forma diferente; porém, há elementos que se repetem e cominam em experiências que são comuns e agregadoras, como a situação das mães solo.

Pensar esses elementos, perpassa pela compreensão de experiências de maternagem de forma contextualizada no tempo/espaço e de forma ampliada na centralidade que as mulheres vêm desempenhando ao longo do tempo, no que tange às relações de cuidado.

Dessa forma, intercruza-se para com a trajetória social do povo de santo que é, em sua grande maioria, protagonizada por mulheres; essa atuação colabora para uma constituição de um “matriarcado” que a antropóloga Ruth Landes (2002) definiu a partir de sua experiência etnográfica na cidade de Salvador e que está registrado no livro “A cidade das mulheres”.

Essas relações moldam a centralidade da figura da mulher nas famílias negras, porém, relaciona-se ao fato do complexo de castração do homem negro, no

sentido que este teve, por muito tempo, sua imagem infantilizada pela figura do homem branco através da

Fenda narcísica é a consciência ou fantasma desse círculo vicioso, dessa impotência crônica que se mantém, apesar do sucesso. Impotência social, política e econômica determinada historicamente pela supremacia e dominação exercida pelo homem branco sobre nós por quase cinco séculos, obrigando o homem negro, entre outras coisas, a assistir a apropriação sexual de suas mulheres pelo colonizador branco, a ser preterido pelos imigrantes brancos no mercado de trabalho gerado pela industrialização nascente. Essas condições o incapacitam de exercer o papel de provedor de suas mulheres e filhos, um dos pilares da ideologia patriarcal. Contraditoriamente, os homens negros creditam sua sobrevivência muitas vezes aos recursos auferidos pelas mulheres negras prostituídas por homens brancos ou por eles mesmos. (CARNEIRO, 2019. p, 96).

Assim, esse complexo castrador do homem negro coloca, para as experiências das mulheres negras na centralidade, no que tange as relações de cuidado, sejam elas para com os seus filhos, companheiros e sua comunidade. Colaborando, assim, para a estruturação de uma sociedade que é matrilocal, que alarga o conceito de gênero, feminilidade e ressignificando relações de cuidado.

Porém, muitas vezes, sentencia a trajetória de mulheres negras a imagens de controle que são estigmatizantes, tais como a figura da mãe preta, submissa, que cuida de todos, porém, não é cuidada por ninguém. Essa imagem é violenta, pois coloca a mulher negra como provedora de afetos de cuidado e acaba desembarcando num caminho de solidude para essas mulheres.

Como ilustra Carneiro (2019), em relação as lalorixás, “todas expressam razões diferenciadas para a sua ‘solidão’, mas têm em comum o traço de independência e intolerância aos papéis tradicionais que as relações institucionais impõem” (CARNEIRO, 2019:85).” Ou seja, a experiência de mães-de-santo se aproxima para com a trajetória de vida de mães solo, no sentido de serem histórias de vida que são marcadas pela solidude.

Por isso, faz-se necessário o exercício de aproximação dessas experiências que irão desenhando o aprendizado de mulheres negras no Brasil, que vão sendo atualizadas e (re) escritas, porém, tem um fio condutor de tais trajetórias que é a encruzilhada de raça, de gênero e de classe; tal situação molda vivências muito particulares para essas mulheres, que, ao longo dos séculos, vêm carregando seus filhos, companheiros e agregados na figura sufocante da mulher negra forte e,

ao mesmo tempo que lhe é negada a humanidade e a afetividade. Assim, damos corpo à vivência de mulheres negras.

Para, assim, entender os sentidos do que seja ser mãe-de-santo, como evidencia a intelectual negra Maria Zelma de Araújo Madeira Cantuário, que realizou sua pesquisa de doutorado sobre a maternidade simbólica das mãe-de-santo na Umbanda, mais precisamente, na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana.

Cantuário (2009) evidencia que a maternidade simbólica exercida pelas mães-de-santo perpassa pela construção sócio histórica da maternidade dentro dos imaginários sociais e que tal representação, assim como a ideia da mãe virgem Maria, que representa a imposição do catolicismo na organização familiar brasileira, proporcionando a imagem consagrada da “Santa mãezinha”, que se relaciona para com essa imagem da maternidade mariana.

Assim, pensar a maternagem nas religiões de matriz africana se faz necessário por meio de uma contextualização da maternidade no Brasil e ocidental que moldou, desde o século XIX, o ideal da “boa mãe”. Engessando experiências de maternidade, tendo como único campo de visão a família nuclear patriarcal. Todavia, esse ideal não é totalmente absorvido por essas religiões recaindo mais em uma reelaboração de maternidade que não está dissociada da conjuntura brasileira.

Cantuário (2009) destaca que a forma que as mães-de-santo vivenciam a maternidade é de modo simbólico:

Ao tratar da maternidade simbólica das mães-de-santo, é preciso ter claro que, no âmbito das religiões afro-brasileiras, a forma como exercem a maternidade não está desligada de um sistema simbólico, das representações sociais construídas histórica e culturalmente e que edificam discursos hegemônicos sobre a maternidade. (CANTUÁRIO, 2009:127-128).

Bem como a herança ancestral das grandes mães africanas que exercem uma centralidade na cultura do continente africano, ou seja, pensar a maternidade simbólica das mães-de-santo é caminhar por contribuições culturais que colocam a mulher negra na centralidade em constante diálogo com a representação das aiabás (orixás femininos); com suas fortalezas, divindades, fraquezas e humanidades, esse emaranhado de contribuições culturais irá dar o chão para o exercício de uma maternidade simbólica.

Esse exercício da maternidade simbólica se relaciona para com o passado do período escravista, que saqueou e impôs, para as famílias negras, novas formas de organização familiar.

A religião exerce um papel fundamental de reorganização da população negra a partir do ideal de pertencimento e a possibilidade da construção de novos vínculos familiares. As religiões afro-brasileiras irão produzir espaços de resistência, dando forma a novas sociabilidades e dinâmicas familiares.

Portanto, quando intencionamos localizar de onde vêm as primeiras marcas das práticas sacerdotais das mães-de-santo, carecemos recuar um pouco na nossa história e ver a forma como a população escravizada buscou resistir, mediada pela formação da família-de-santo como prática religiosa, ao brutal processo de fragmentação de sua cultura. Nesse contexto, a população negra não renunciou a seus valores, mas procurou formas variadas de resistência – o que nem sempre se fez de modo direto, bem como não absorveu totalmente o que lhes era imposto pelo sistema dominante. De modo geral, foi reelaborada uma cultura compatível com suas origens e tradição, buscando formas de justapor seu patrimônio cultural e religioso ao modelo oficial determinado e estruturado sob pressão de moldes eurocêtricos, católicos, brancos e de elite. (CANTUÁRIO, 2009, p.127-128).

Assim, temos o desenhar das famílias-de-santo como um elemento central para a multiplicidade das experiências de maternagem de mulheres negras. O que busco conectar são essas mais diversas formas de configuração das famílias que tem como fio condutor os protagonismos de mulheres negras, exercendo relações de cuidado e experiências muito próprias do que seja maternidade, recaindo na ideia que tento entender que é como essas vivências moldam trajetórias de vida para essas mulheres que se interseccionam para com a afetividade e a solidão da mulher negra.

Costurar esses percursos me levou a entender a maternidade como algo socialmente construído e vivenciado de forma diferente para as mulheres racializadas; sendo que essas experiências advêm de uma dívida histórica para com a população negra que teve sua estrutura familiar saqueada e violentada, desde a dispora africana até os dias atuais; para com a precarização e a feminização da pobreza que tem um rosto, o qual é o de minha mãe, das minhas tias e tantas Marias e Carolinas que veem suas vidas como águas que vão passando de geração em geração, moldando a configuração de organização familiar brasileira que são lares compostos por mães solo.

Por isso, o exercício de buscar essa aproximação entre as mães-de-santo e as mães solo, pois, ao meu ver, são vidas que estão circunscritas a uma solidão,

no sentido de ter que ficar à mercê de um estereótipo da mulher negra forte: a mãe preta que acolhe e sustenta a família, porém, muitas não têm quem acolha suas dores desse fardo que é o driblar as dificuldades cotidianas da maternagem. Todavia, no caso das religiões de matriz africana, as grandes mães de santo são as que cuidam e que também recebem cuidados para manter a casa viva.

Aqui, tenho a repetição da maternidade como um signo de sofrimento, cabendo também relativizar e encontrar potência nessa experiência. Pois, a vida de mulheres negras não pode ser reduzida a dor, mas sim ver, na dororidade, a possibilidade de resistência e potência das mulheres negras como ilustra Vilma Piedade, (2017). “[...] Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (PIEADADE, 2017: 16).

Como ilustra a vivência das mães-de-santo, que são exemplos de resistências numa conjuntura de racismo religioso e perseguição as religiões de matriz africana. A perseguição das formas de sociabilidade da população negra, através das nossas experiências culturais, é constantemente atualizada. Destaco a minha experiência de filha de mãe solo que foi criada numa espécie de quilombo urbano, pois era uma casa na periferia de Fortaleza, onde habitava quatorze pessoas, todas ali, vivenciando o compartilhamento de tudo e o drible pela sobrevivência, escapando da violência e das discriminações por ser uma família composta por quatro irmãs negras, todas mãe solo.

Muitas discriminações eram encontradas naquilo que se refere a esse modo de vida, tais como a falta do nome do pai no registro, a ausência paterna nas celebrações da escola do dia dos pais; toda essa realidade gera ausências que são reforçadas pela representação da família tradicional brasileira, com a imagem de família nuclear ocidental que tem na figura do pai o provedor de um lar.

Todavia, vale ressaltar não uma romantização da pobreza, ou da idealização de laços de solidariedade, pois a pobreza escancara as nossas vulnerabilidades e a escassez incita o desentendimento. Para não recair na figura da família negra resiliente que supera tudo: se passamos por essa situação, é por causa de um abandono paterno e pela escassez do Estado em promover políticas públicas para as mulheres que permitam sua autonomia, tanto financeira quanto econômica, visto que vivemos em uma sociedade que legitima os abortos paternos e, ao mesmo tempo, responsabiliza as mulheres pela criação de seus filhos.

Por isso, faz-se entender os sentidos e as dinâmicas familiares das famílias compostas por mães solo, no intuito de entender os signos, os símbolos e os significados que circunscrevem tal experiência.

Evidencia-se que, até hoje, temos um estigma no que tange a vida das mulheres que são mães solo: desde a dificuldade de se relacionar afetivamente com novos parceiros, pois já tem filhos; o estereótipo da promiscuidade que sentencia sua vida a uma leitura moralista; por não atender ao padrão que é idealizada para a vida das mulheres; e a sobrecarga emocional que é criar um filho sozinha.

Essa realidade vai além de se ter uma rede de apoio ou não familiar, diz respeito sobre a responsabilidade pela vida de outra pessoa.

Refletir sobre essa vivência de mães solo é um encontro com a história de vida das mulheres da minha família, bem como um romper de uma engrenagem que circula a vida de mulheres negras.

Portanto, nas próximas etapas desta escrita, pretendo adentrar naquilo que significa ser mãe solo, com o meu olhar de uma antropologia feminista, de uma filha de mãe solo, na busca por entender a maternagem, a afetividade e a solidão da mulher negra.

### 3. “SER MÃE SOLO É SER MÃE SOZINHA”

“Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher **sozinha**.”  
(Carolina Maria de Jesus, 1994, grifo nosso).

Mergulhar nas experiências da maternidade solo significa entender a fundo o que essa experiência nos diz. Primeiramente, indo na etimologia das palavras que circunscrevem essa experiência. Assim, o “solo” como substantivo no sentido de qualificar a experiência de mães solo alicerçadas na superfície, no chão, onde se pisa e se constrói a vida. Logo, a vivência da maternidade solo, conecta – se a quem pisa nesse chão e nesse terreno e, infelizmente, tem-se pisado sozinho, como enumera por diversas vezes Carolina Maria de Jesus (1994) e minhas interlocutoras de pesquisa.

A repetição da palavra sozinho se fez de múltiplas formas, como o “se sentir só”, “estar sozinho” que adjetiva a trajetória de mulheres negras e formam o asfalto com pedras que são o estar sozinho, a solidão psíquica e a ausência, física e emocional, que são o chão da maternidade solo.

Assim, os sentidos da maternidade solo, muitas vezes, circunscrevem-se e se desenham com os contornos da palavra que mais apareceram no formulário da pesquisa e posteriormente no diálogo para com as minhas interlocutoras, que foi o sentimento e a percepção de estarem vivendo a maternidade de forma solo.

O que significa para essas mulheres o significado de estar sozinho. Que se alinha com a escrita de Carolina Maria de Jesus (1994), quando enumera “a condição de mulher sozinho”. Esse sozinho ilustra um sentimento e concretude de pisar no solo e se sentir só. O só como um estágio emocional, físico que desenha as experiências de ausências de uma paternidade ou de alguém que figure como um suporte para as mães solas.

Essa vivência se intensifica, nessa percepção do solo, como um estado que está para além de se ter um companheiro ou rede de afeto, mas sim na construção de estereótipos ou como define Patrícia Hill Collins (2019), como imagens de controle, descritas como a 1) *Mammy*; 2) *Matriarca*; 3) A mãe dependente do Estado; e Lélia Gonzales (1984) define como sendo a 1) *Domestica*; 2) *Mulata*; 3) A mãe preta. Que

permeiam a existência de mulheres negras, sejam no que tange a experiência de mulheres negras nos Estados Unidos da América e no Brasil. Gonzales (1984) e Collins (2019) estão descrevendo estereótipos da mulher negra afro-diaspórica e como essas vivências se inter cruzam e são próximas mesmo guardando suas diferenciações sociohistóricas, que conformam o que significa ser mulher negra e permeiam a percepção do que seja ser uma mãe e principalmente uma mãe preta.

Como estou por elaborar ao longo desta escrita, tenho a maternidade enquanto algo socialmente construído, assim fabricamos socialmente imposições do que seja “uma mãe ideal”, carregada de predestinações e responsabilidades com as outras pessoas. Que, para Grada Kilomba (2009), configuram-se com estruturas do racismo:

Essa imagem da mulher negra como ‘mãe’ vem servindo como um controle de ‘raça’, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres *negras* à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica. A ‘mãe negra’ representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada”. (KILOMBA,2009: 142).

Portanto, o racismo estrutura a imagem de controle da mulher negra como a mãe ideal para estar a serviço da branquitude na qualidade de serva e de sobrepor a ausência paterna, que se interconecta com elaborações do racismo que é a imagem da mulher negra super forte, a grande matriarca que cuida de todos e acaba por se sobrecarregar e ser desumanizada.

De tal forma, temos o alarmante número de mães solo, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados do censo de 2010, cerca de 87,4% das mães solo do país são negras. Que, na nomenclatura usada pelo instituto para aplicação da pesquisa, intitulou “preta ou parda, responsável sem cônjuge com filho”, apresentada na área de estatísticas de gênero.<sup>10</sup> E os dados mais atualizados datam de 2018, com a publicação da pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, realizada pelo IBGE em 2018, e que teve os dados sistematizados pela

---

<sup>10</sup> Pesquisa disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=128,-15,-16,55,-17,-18&ind=4704>. A base de dados desta pesquisa se encontra em <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1696JxrcPgwbySZhWdxstDv0vDPe9Qy0ZSRyue59ARL0/edit#gid=1857522784>. Acesso em 12 de outubro de 2021. Tabela inserida nos anexos.

organização Gênero e Número<sup>11</sup>, especificando a situação das mães solas, que, segundo levantamento das 11,5 milhões de mães solas brasileiras, 61% são mulheres negras e 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza.<sup>12</sup>

Essa realidade nacional das mães solas ganha contornos do cotidiano, através das trajetórias de vida de três mulheres negras, residentes em Fortaleza e Região Metropolitana do estado do Ceará. Essas mulheres são Girassol, 32 anos; Lia, 32 anos; e Sônia 41 anos.

Como apresentado na metodologia, aqui, adentro ao terreno da maternagem solo dessas três mulheres através de incursões sobre o terreno da maternidade solo. Para tanto, foi feito um trabalho após a realização das entrevistas de transcrição de suas falas, que serão apresentadas de forma contextual, no intuito de costurar entendimentos acerca da maternidade solo.

### **3.1 O solo de Girassol**

Girassol é uma mulher negra de 32 anos, foi mãe aos 21 anos, tem uma filha de dez anos, é técnica administrativa numa instituição de ensino, no interior do estado do Ceará. Conviveu com o pai de sua filha por seis anos, porém, permaneceu morando na casa dos pais, onde reside atualmente; é militante no Movimento Negro Unificado (MNU), é filha de Oxum e vem, desde 2019, encontrando-se na vivência da Umbanda.

A maternidade veio, para Girassol, como uma grande transformação, como se “virasse uma chave”, na vida dela. Quando ela engravidou, tinha 21 anos e estava cursando Enfermagem, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Teve que interromper o curso devido a gravidez e a obrigatoriedade de trabalhar, para prover o sustento da filha. Sua trajetória de vida é recalculada em decorrência da gravidez. Pois, no momento da descoberta da gravidez, ela estava num momento de

---

<sup>11</sup> Primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero.

<sup>12</sup> Esses dados constam no site da plataforma Gênero e Número, disponível em <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> e inseridos nos anexos como arquivos da pesquisa. Acesso em 13 de outubro de 2021.

experimentações e vivências de liberdades, já que ela advinha de uma educação básica militar e estava por viver a imersão na universidade em suas vivências mais amplas de diversidade.

Assim, após vivenciar essas primeiras liberdades, se viu grávida de um vizinho,

Estava no quarto semestre de enfermagem na UECE, quando eu engravidou de um vizinho meu. Era assim a gente era amigo..., mas assim eu engravidei dele, eu não queria ele não rolava aquela paixão, por mim eu ainda poderia estar descobrindo o mundo. Mas eu engravidei dele. Lá no íntimo eu fiquei muito assustada, mas pensava eu tenho uma pessoa em mim. (Girassol, 32 anos. Técnica Administrativa. Entrevista Realizada no dia 09 de agosto de 2021).

Com a gravidez, Girassol passa a enfrentar os dilemas da convivência com o pai de sua filha; relata que eles não chegaram a morar juntos, porém, viam-se diariamente na casa dos pais de cada um. Essa situação ocasionou muitas interrupções familiares, no relacionamento dela e, posteriormente, com a criação da filha, pois estava sob *juris* da casa dos pais e de suas orientações.

Foi um período de muitos julgamentos morais, por ela estar grávida: desde a discriminação por não estar casada e a recusa da mãe dela que ela fosse tratada como uma “mãe solteira”. Segundo Girassol, “a gente cresce conhecendo o termo “mães solteiras” e ser mãe solteira é uma coisa muito ruim e a minha mãe tentou muito evitar que eu fosse uma mãe solteira, já que eu não era casada, pelo menos eu tinha ali a figura de um homem ao meu lado”.

Fugir da estatística de uma “mãe solteira” fez com que Girassol se submetesse a um relacionamento abusivo, que é muito presente em sua história de vida, através de episódios de ciúmes do pai de sua filha, sendo que essa situação fez com que muitos amigos e amigas de Girassol se afastassem, agregando à sua trajetória a percepção de que estava só, gerando uma dependência emocional da figura masculina que o pai de sua filha performava.

Foi aquela pressão dentro de casa, o pessoal da rua, ficou assim e agora foi um evento aqui eu tinha uns 20 anos de idade, era por volta de 2009. Aí a minha família veio muito tradicional e eu estava me sentindo assim, eu queria um norte, um acolhimento que alguém chegasse e me dissesse faz isso que eu estou lhe apoiando. Aí naquele momento a minha família apoiou que ficasse com ele. Eu tentei muito, mas ele era muito diferente de mim. Desde o início eu percebia que não dava certo, **mas aí eu não tinha muitos amigos, porque foi um período que muitas pessoas realmente se afastaram**

**realmente de mim** e eu me afastei de muitas pessoas, porque dê repente eu tinha outras coisas para fazer e eu estava grávida e tinha as coisas da gravidez e a minha cabeça não estava muito legal eu **tive que ficar o tempo só** para poder entender tudo aquilo que estava acontecendo. **Foi um tempo muito solitário para mim.** (Girassol, 32 anos. Técnica Administrativa.) Grifo nosso.

O que se evidencia, na trajetória de Girassol, é que, desde a gravidez, ela vivencia a solidão, como ela elabora “foi um tempo muito solitário”, “eu precisava ficar só”, fica a reflexão de como é forte esse sentimento de se perceber sozinha, desde a gestação. E como é importante o suporte familiar ou uma rede de apoio, todavia, o apoio que a mesma teve foi o reforço de performar um padrão de família e a obrigatoriedade de construir um relacionamento para com o pai de sua filha.

Isso se soma ao distanciamento dos amigos e das amigas, fazendo com que ela fique mais vulnerável e mais suscetível às discriminações e julgamentos morais por estar grávida fora da dita instituição do casamento e que corroborou para a dependência emocional para com o pai de sua filha. Logo, essa conjuntura desenha uma situação que a leva a se apegar na figura do pai de sua filha para ser respeitada, e não cair no estereótipo de “mãe solteira”:

A minha condição de mãe solo ficou bem mais evidente, porque eu sempre fui mãe solo, mas eu tinha a figura de um homem branco assim ao meu lado, eu sempre o usava como testa. Eu orientava – D., vá ali e peça tal coisa, pra mim e minha filha receber um tratamento diferenciado, mas sempre era eu. Eu era a mentoria de tudo. Então, quando ele foi embora, eu não tive mais está figura. (Girassol, 32 anos. Técnica Administra).

Fica evidente que essa figura de pai, muitas vezes, era esvaziada de atitudes, sendo mais um símbolo de legitimidade que as sociedades ocidentais acreditam em termos de padrão de família nuclear: mãe – pai – filhos. Girassol coloca que o pai de sua filha nunca foi presente e não é, assim, que ela acredita ser um pai, porém o que ela tinha era a legitimidade de ter um homem ao lado dela.

Ele não colaborava financeiramente comigo o que ele me dava era pouco, mas a figura dele me dava muita coisa. Tipo assim, ele era motorista do tio dele e ele o tio tem uma loja daquelas de aluguel de carro, aí a gente andava muito de *corolla*, era impressionante como um *corolla* e um homem branco e ele ainda tem um rosto tipo de gringo, isso daí abre portas aí eu tinha isso daí, mas tinham muitas coisas que eram ruins para mim. (Girassol, 32 anos. Técnica Administra).

O que o pai da filha de Girassol lhe dava ou proporcionava: essa é uma reflexão delicada, pois ela estava num relacionamento interracial, cabendo a

ponderação do que significa se relacionar com um homem branco para as mulheres negras. Pensando, em termos do racismo estrutural, esse tipo de relação é, por deveras, dúbia e problemática, porque subtende matrizes de opressões históricas que são racistas e sobrepõem a imagem do homem branco em relação às mulheres negras. Todavia, em algumas situações, esse tipo de relacionamento significa uma espécie de “ascensão social” e, muitas vezes, a falsa possibilidade de “abrir portas”.

Porém, o racismo nunca a fará esquecer que é uma mulher negra e que está num relacionamento com um homem branco que não é para ela. Essa questão evidencia mais uma camada da vivência de maternagem solo, que é a condicionante de se relacionar com um homem branco e as situações de racismo e discriminação que envolvem essa relação, no que tange às hierarquias sociais do colonialismo que institui que mulheres negras não são para casar.

Como elabora a antropóloga negra soteropolitana Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), em sua tese de doutorado, evidencia as camadas que compõem a solidão da mulher negra, em termos de mercado afetivo e de não serem as prediletas para o casamento. Não ser as prediletas para os mercados afetivos, corrobora para a solidão da mulher negra; é uma das condicionantes que fazem com que mulheres negras sejam, em grande maioria, mãe solo. São engrenagens que vão se acrescentando e formam matrizes de opressões interseccionais.

Na situação de Girassol, foram seis anos em um relacionamento na busca por reproduzir uma imagem de família nuclear ocidental. A engrenagem que fez com que ela rompesse com esse relacionamento foi o emprego formal. Através desse, ela encontrou mecanismo de fortalecimento e a possibilidade de romper o seu relacionamento. O trabalho é essencial para a autonomia das mulheres negras. E, para a construção do empoderamento, não como uma conquista individual, mas sim coletiva de mulheres negras. Como elabora a intelectual negra Joice Berth (2019).

As mulheres negras, na conjuntura brasileira, são, muitas vezes, as principais provedoras do lar, como mães, avós que vêm se desdobrando em múltiplas jornadas de trabalho e vivenciando o fenômeno que tem se aguçado mais ainda no contexto pandêmico<sup>13</sup> que é a feminização da pobreza, cuja conjuntura, há mais de

---

<sup>13</sup> Um das formas de constatação dessa feminização da pobreza, foi o programa desenvolvido pelo Governo Federal de enfrentamento a crise sanitária de covid-19, que foi o auxílio emergência, diferenciado para mulheres que fossem “Chefe de Família”, como já apresentei em capítulos anteriores, cabe o debate e reflexão sobre o que significa ser uma mulher chefe de família e o que caracteriza está

três décadas, vem sendo constatada, como destaca uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2005, que endossa os debates acerca da feminização da pobreza.

A discussão inicial sobre feminização da pobreza sempre foi fortemente voltada para a ideia de ocorrência de empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres ou, mais exatamente, das famílias formadas por mulheres sem cônjuge. A ideia implícita nesse tipo de definição é a de que a dissolução de uniões e, em menor grau, a gravidez fora de uniões estáveis levariam as mulheres a viverem em famílias sem cônjuges. Do ponto de vista da provisão de renda, essas famílias teriam a desvantagem de contar com um adulto provedor a menos e, portanto, estariam mais vulneráveis à pobreza. A “feminização da pobreza”, nesse caso, seria entendida não como uma elevação absoluta ou relativa da pobreza entre as pessoas de sexo feminino, mas como o aumento de uma “dimensão feminina” da pobreza, relacionada à estrutura familiar. Esse aumento consistiria no crescimento da pobreza tanto em homens quanto em mulheres de famílias Ipea texto para discussão chefiadas por mulher ou em modificações nos diferenciais das medidas de pobreza entre famílias com chefia feminina e masculina. (Costa; Pinheiro; Medeiros; Queiroz. 2005, p.16).

A feminização da pobreza é uma realidade que estamos por vivenciar e testemunhar, trago essa realidade por ser algo que vi ao longo da minha infância, tanto na minha casa como nos arredores da ocupação urbana onde eu morava. É uma realidade latente e que a pesquisa realizada pelo IPEA também diagnosticou. Ou seja, a ausência paterna dificulta a vida das mães desde a questões econômicas a culturais. Desenhando o estado de dificuldade das mães solo, fortalecendo com que muitas mulheres permanecem com seus parceiros por uma dependência financeira.

Por isso, o trabalho, na trajetória de Girassol, foi um gatilho propulsor de transformações em sua vida. Proporcionando minimamente mecanismos de enfretamento a uma conjuntura de um relacionamento violento, que se caracteriza pela figura de um pai ausente. E, tendo uma percepção de paternidade ausente, muitas vezes, sendo mais uma pessoa para se responsabilizar e cuidar.

---

vivência. Ao todo o governo publicou que. “Mais 110 mil **mulheres chefes de família** monoparental receberão o Auxílio Emergencial 2021, após reprocessamento dos cadastros dessas pessoas. Serão repassados R\$ 82,24 milhões em investimento do Governo Federal para esse público”. Vale ressaltar que nesse segundo ano do auxílio foi incluído a nomenclatura das **mães solos**. Ver mais em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/cerca-de-110-mil-mulheres-chefes-de-familia-receberao-o-auxilio-emergencial-2021-1#:~:text=Mais%20110%20mil%20mulheres%20chefes%20de%20fam%C3%ADlia%20receber%C3%A3o%20o%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021,-Novo%20processamento%20de&text=Mais%20110%20mil%20mulheres%20chefes%20de%20fam%C3%ADlia%20monoparental%20receber%C3%A3o%20o,Governo%20Federal%20para%20esse%20p%C3%BAblico>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

Girassol explicita esse pensamento na seguinte sentença, referindo-se à sua experiência com o pai de sua filha e que ela também observa nos relacionamentos de suas amigas que são mães: “São pessoas altamente ausentes e é um peso. Hoje pra mim eu não tenho vontade nenhuma de morar com um homem, porque eu os acho o pior tipo de filho que uma mãe poderia ter”. Esse é um trauma, no sentido de percepções e experiências de paternidade baseadas na ausência e sobrecarga das mães.

A ausência conforma a maternidade solo de Girassol, fazendo com que ela demarque que: “eu sempre fui mãe solo”:

**Entendi que mãe solo é mãe sozinha**, remete solidão e as mães elas são muito solitárias. Independente se elas têm uma figura masculina ou não. A verdade e que nós não escolhemos depois que a gente fica grávida a gente não escolhe “hoje eu não vou ser mãe”, não existe isso, mas os homens eles têm sim a oportunidade de serem ou não pais. Inclusive eles podem estar ali na casa como provedor, mas não participar em nada da criação dos filhos. Se você perguntar pra eles qual é o nome da professora o que o filho merenda ou qual a próxima vacina vai ter que tomar. (Girassol, 32 anos. Técnica Administra.) Grifo meu.

Esse entendimento da maternidade solo de Girassol é muito profundo, carregado de sua experiência, porém, como ela disse, ao longo da nossa conversa: essa é a realidade da trajetória de vida de muitas mulheres negras, por isso, ela preferiu usar o codinome, não para se esconder, mas sim para que outras mulheres pudessem se ver e se sentir representadas nessa maternidade solitária.

E a mesma expande a compreensão de maternagem solo, colocando o fato que independente de se ter ou não a figura masculina, você pode ser uma mãe solo, pois por seis anos ela conviveu com o pai da sua filha, porém não a fez experienciar uma maternidade que fosse diferente, ou seja, uma maternidade que não fosse solitária. Pois, compartilhar a maternidade está para além de uma ajuda financeira, é sobre ser presente e está presente para as filhas, filhos e a companheira; é dividir as responsabilidades e adentrar a fundo nos sentidos e significados cotidianos que envolvem a criação de uma pessoa em termos estruturais de participação paterna.

Diferentemente do que se tem posto para as mulheres, a paternidade parte do pressuposto de escolhas e, no caso das mães solos, os pais de seus filhos, muitas vezes, escolheram não serem pais. Como Girassol elucida: “Porque ele não quer ser pai. Ele escolheu não ser pai.” Sendo assim, a maternidade é uma grande imposição para as mulheres.

De tal modo, a maternidade passa a assumir um signo de ato compulsório que mulheres devem cumprir, negando a existência de outras possibilidades como, por exemplo, a possibilidade de interrupção da gravidez. Fazer um aborto ainda é tratado como tabu, é um atentado a vida, privilegiando a existência de um feto em detrimento da autonomia e poder de escolha das mulheres sobre seus corpos; tal fato elucida a dificuldade de acesso a métodos anticoncepcionais, que chegam em maior dificuldade para mulheres pobres e de periferia, haja visto que, muitas vezes, mulheres têm dificuldade de comprar até absorventes<sup>14</sup> e quiçá uma orientação médica adequada sobre qual método contraceptivo lhe seria mais adequado.

Vale ressaltar que preservativos masculinos e femininos são distribuídos gratuitamente em postos de saúde, porém, o acesso, muitas vezes, é dificultado pela vergonha, pela culpa e pelo tabu que se refere a falar sobre sexo<sup>15</sup>.

O acesso a métodos contraceptivos é uma questão de acesso à saúde pública e tem sido tencionado com a exacerbação de movimentos políticos conservadores e religiosos que, mais uma vez, querem exercer o controle sobre os corpos das mulheres<sup>16</sup>, principalmente, as pretas e periféricas que não são as mães indesejadas. Como Lôbo (2020) elabora: são os “filhos com defeito de fabricação”.

Assim, o que temos são discussões contraditórias em relação à maternidade, pois tem sido negado o acesso a uma educação sexual e ao uso de contraceptivos, questionando o porquê das mulheres pobres terem filhos, fazendo com que as consequências de uma maternidade solo também seja um debate público

---

<sup>14</sup> Que é a pobreza menstrual. Que estava em tramite como projeto de LEI 4968/2019, que tinha sido aprovado pelo Congresso para criação do Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos para mulheres e adolescentes de baixa-renda. Porém, o presidente da república vetou a lei em sua em seus principais pontos que visavam uma complexa atuação no combate à pobreza menstrual. Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

<sup>15</sup> Os contraceptivos destruídos pelo sistema único de saúde (SUS) são: Pílula anticoncepcional combina; Minipílula anticoncepcional. Anticoncepcionais injetáveis; Diafragma; Dispositivo intra-uterino – DIU, porém para ter acesso a esses métodos tem que passar pelo acompanhamento médico e sua autorização e recomendação. Ver mais em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/conheca-mais-sobre-os-metodos-contraceptivos-distribuidos-gratuitamente-no-sus>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

<sup>16</sup> Vide a lei nº 11.159 que foi sancionada pelo prefeito José Sarto Nogueira (PDT), da Cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará que institui uma semana contra o aborto. É um retrocesso em termos de justiça reprodutiva para as mulheres e um atraso em termos de uma educação sexual, para as adolescentes no sentido da prevenção de doenças e percepções sobre os seus corpos e sexualidade. Não sobre se ensinar a fazer sexo, mas sim uma educação sexual que empodere as meninas e meninos sobre os seus corpos e previna violências sexuais e assédios. Ver mais em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/sarto-sanciona-lei-que-cria-semana-contra-aborto-e-o-uso-de-anticoncepcionais-em-fortaleza-1.3134326>. Acesso em 06 de outubro de 2021.

e de responsabilidade do Estado, que falha em prestar assistência às mulheres que são mães e as responsabilizam, culpabilizam por sua prole.

Uma situação que ilustra essa vivência e a responsabilização das mães pelo cuidado se apresenta na situação que testemunhei quando eu estava numa unidade de pronto atendimento e a pessoa que estava na minha frente era um pai com sua filha, a porta estava aberta devido as medidas sanitárias de contágio da COVID-19, quando o pai entrou na sala com a garota, a primeira pergunta da médica foi: “Onde está a mãe dessa criança”. Fica a reflexão onde estão os pais das filhas e dos filhos das mães solo. E quem pergunta pelas suas ausências.

A responsabilização da mulher pelos cuidados com as filhas e com os filhos advém de longa data e foram sendo introduzidos e fortalecidos pelos discursos medidos que prescrevem uma receita de uma boa mãe.

Como registra Maluf e Romero (2002): no Brasil do século XIX e XX, o discurso médico determina “a imagem da mulher negligente e descuidada foi construída no verso da mãe e esposa ideais” (MALUF; ROMERO, 2002, p. 233). Assim, a mãe solo é lida socialmente como uma mãe descuidada fazendo com que elas sejam sobrecarregadas com as obrigatoriedades da maternidade,

[...] Sobrecarregadas de normas e preceitos relativos à missão materna e sem nenhum direito que permitisse romantizar os encargos da maternidade com o trabalho e a própria subsistência, as mulheres das camadas mais pobres na sociedade foram às verdadeiras vítimas de um dever ao qual não correspondia qualquer direito social. (MALUF; ROMERO, 2002,p. 232).

Portanto, as mulheres pobres, que são mães solo, são sobrecarregadas pelas responsabilidades maternas e as cobranças sociais do ideal de boa mãe. Considere-se, assim, que uma mulher branca, de classe média, irá performar a mãe-esposa dedicada à instituição do casamento, cujas experiências, que fogem a esse padrão, serão subjugadas e lidas como fora do padrão ocidental de conjugalidade.

### **3.2.0 terreno de Lia**

Lia é uma mulher negra, tem 32 anos, foi mãe aos 25 anos, tem uma filha de seis anos, é assistente de marketing, mora com os avós maternos e é filha de mãe solo. O solo da maternidade de Lia perpassa por um terreno de descobertas e

percepções de si: ao se tornar mãe, ela passou por um processo de transição profundo no seu entendimento e pertencimento enquanto uma mulher negra.

A percepção de Lia da maternidade solo advém de sua própria história de vida, visto que sua mãe teve um relacionamento com um homem casado e engravidou de Lia; por essas circunstâncias, Lia, desde a infância, mora com os avós, e teve, em suas duas tias, uma relação de cuidado, visto que sua relação com a mãe, durante a infância, era distante, pois a mãe trabalhava e não tinha muito contato com ela. Lia sempre morou com os avós em sua casa extensa que, ao longo dos anos, foi amparando os filhos e netos de seus avós. Logo, Lia tem uma percepção muito madura acerca da maternidade não romantizada, bem como, hoje, ver sua experiência de maternagem solo como uma certa repetição de ciclo da vida de sua mãe. Esta experiência da maternidade a fez ver a própria história de vida de sua mãe com um olhar diferenciado.

A minha mãe me teve com vinte e três anos, foi bem parecido quase uma **repetição da história**. Na época o meu pai era casado, mas ele foi atrás de me ver, de saber, mas a minha mãe não deixou, ela ia registrar e ia cuidar. Só que nessa época, tinha essas duas tias que moravam com a minha avó e basicamente morava uma família toda na mesma casa, foi na época que nasceram dois primos meus. Então ela voltou logo ao trabalho e eu fiquei sobre os cuidados das minhas tias. O meu relacionamento com ela veio a estreitar um pouco mais agora, depois da maternidade, depois do falecimento das minhas tias. Mas basicamente eu tenho poucas memórias com ela de momentos mãe e filha, na infância, por exemplo, nas apresentações de colégio que ela não ia e dizia que não gostava, mas acabava se emocionando sempre. Hoje eu vejo que a gente é um pouco parecida em algumas coisas, assim a história é parecida e as vezes a gente é um pouco parecida em alguns aspectos outros não. (Lia, 32 anos, assistente de marketing, Entrevista Realizada no dia 10 de agosto de 2021). **Grifo meu.**

Essa percepção de uma história que se repete é algo central na trajetória de Lia, pois lhe conecta a um desenho de vida e ciclo da maternagem solo, enquanto filha e também mãe. Ou seja, alguns sentimentos e vivências que envolvem a solidão, solidão e abandono são categorias que foram sendo sentidas e percebidas como uma constante na vida de Lia e estruturam as perceptivas da sua maternagem solo, como algo individual e coletivo, bem como signos de repetição complexos que envolvem muitas camadas, no que tange as consequências e desdobramentos da maternidade solo para as mães e para as filhas, que são olhares e vivências diferentes, porém se soma ao grande terreno na maternidade solo acrescidas do racismo.

Quando Lia descobriu que estava grávida, entrou em negação, pois ser mãe era algo que não estava em seus planos e nem em seus projetos de vida. Ela tinha vinte e cinco anos, passando por momento de incertezas profissionais, existenciais, quando decidiu embarcar em um navio a trabalho. Durante o percurso do cruzeiro, relacionou-se com um companheiro de trabalho, tiveram um relacionamento intenso, como a mesma relata “no navio tudo é mais intenso”. Ao ter seu contrato encerrado e voltando ao solo firme, descobriu que estava grávida e toda a sua vida passou por uma correnteza de transformações.

O pai da filha de Lia, ao descobrir da gravidez, esteve em contato com Lia até o sexto mês de gestação, sendo que ele a descobriu já estando com três meses, após esse tempo, ele desaparece e Lia se vê só, ao encarar os dribles da maternidade. Foi um período muito doloroso. Assim, como aconteceu com Girassol, Lia viu suas amigas e amigos se afastarem, restando-lhe basicamente o contato com uma prima e seus parentes que moravam com ela. Esse desenhar aguçou o sentimento de se estar sozinha de Lia,

Aí foi um dos momentos mais complicados, porque eu tinha vinte e cinco, minhas amigas estavam vivendo outra coisa da vida delas. Foi aí que eu senti um baque muito grande, porque basicamente não sobrou ninguém. Então foi uma gravidez que eu passei basicamente só, tendo contato as vezes com uma ou duas amigas por perto, tirando a minha prima que desde o começo ficou comigo. Mas eu me sentia muito desamparada, desde a gestação até o pós-parto. Foi muito complicado, tanto é que eu tive que voltar para o hospital duas vezes, uma porque os pontos se romperam e outra porque eu tive uma infecção intestinal, isso em menos de quinze dias, eu chorava de manhã, tarde e noite, eu não comia, não fazia nada. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Passar por uma gravidez solo, dentro de suas dificuldades como a solidão, a sobrecarga emocional, física e psíquica, em realizar uma atividade invisibilizada que é cuidar de uma criança, em um momento que as mulheres também precisam ser cuidadas, como o período puerpério, somada a processos de exclusão de uma vida, fizeram com que Lia fosse desenvolvendo algo muito constante em gestantes e puérperas que é a depressão; tal fato releva o quanto pode ser prejudicial para a saúde mental das mulheres.

Dentro das condicionantes que contribuem para quadros depressivos em mães, segundo o Ministério da Saúde, está: “falta de apoio da família, parceiro e

amigos”<sup>17</sup>, ou seja, ter um filho sem a colaboração e uma divisão equitativa em relação aos cuidados com a criança, com a casa e com a mãe, podem colaborar para o adoecimento das mães, sendo que elas são sozinhas, têm essa conjuntura agravada pela ausência paterna, os julgamentos de familiares e por se perceberem sós em suas experiências de maternidade.

Lia, hoje mesmo transcorridos seis anos após o nascimento de sua filha, ainda precisa de ajuda de um acompanhamento profissional e o uso de medicamentos para ir enfrentando a vida. Ela tem desenvolvido estratégias de enfrentamento ao adoecimento psíquico através das atividades físicas. Lia soma a esse quadro a questão da solidão,

[...] estou há seis anos sem um namoro maior do que seis meses, eu sempre me questionei muito e ainda me questiono é uma coisa que me afeta muito, só que de um tempo pra cá eu venho fazendo a terapia, eu tomo remédios psiquiátricos, tomo três ansiolíticos pela manhã, algumas coisas me fizeram melhorar bastante ocupar a cabeça, comecei a surfar e gostei muito, foi uma coisa que me trouxe uma vida nova e uma atividade física. Ainda é uma luta constante. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Para Lia, enfrentar a maternidade solo é uma luta constante e aqui cabe expandir que, mesmo dividindo a casa com outros parentes, não a impede de se sentir sozinha e sobrecarregada com a maternidade. Situação esta que me faz refletir sobre o que realmente significa ter uma rede de apoio para mulheres que são mães solas. Pois, muitas vezes, a ajuda familiar vem carregada de cobranças e julgamentos acerca da maternagem dessas mulheres.

Logo, ser mãe, para Lia, perpassa por uma (des)romantização da maternidade e, assim, questiona-se os estereótipos que envolvem a maternagem de mulheres negras,

Eu me vejo muito desgastada, exausta, muito pressionada, mas porque eu sei que algumas pessoas a maioria que eu convivo tem essa expectativa como se eu fosse a mãe guerreira, a mulher guerreira, que aguenta tudo, agora eu me vejo como alguém que precisa de muita ajuda no lado emocional, mas eu acho que eu não consigo externar isso eu sei é um problema meu, mas eu não externo é tanto que para questões de relacionamento amizade mesmo. Eu me vejo muito cansada, mas eu não consigo transparecer isso, parece que está tudo sempre muito bem. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

---

<sup>17</sup> A depressão pós-parto tem sido algo muito presente na vida das mulheres que são mães, o ministério da saúde tem em seu site matérias que abordam essa temática, listando possíveis formas de enfrentamento. Ver mais em. <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/depressao-pos-parto>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

O que está por contextualizar a maternidade de mulheres negras são as imagens de controle que ditam e conformam um ideal de mulher negra, como a mãe negra superforte que desumaniza as mulheres e se relacionam com arquétipos do racismo que condicionam a existência de mulheres negras. Segundo Collins (2019, p,136): “Essas imagens de controle são tratadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana.”

Assim, normalizar que mulheres negras são fortes o suficiente para maternagem sozinhas alimenta uma estrutura racista e reforça um cotidiano de ausências paternas. Essa imagem é tão perversa, pois ela atua de múltiplas formas, desde a responsabilização pelo cuidado, como subtende que essa mulher não pode fracassar desse ideal de maternidade, qualquer ação que fuja dessa imagem, faz com que essa mãe seja lida socialmente como irresponsável ou negligente com seus filhos. O que é uma cortina de fumaça frente aos desafios que envolvem a criação de uma filha de forma solo.

Portanto, construir uma maternidade solo perpassa por elementos que são individuais, ou seja, as particularidades e as subjetividades de cada história, porém algo coletivo que é a repetição das histórias de vida entre filhas de mães solas. Isso me faz ver essa experiência como uma vivência coletiva e por deveras comum na trajetória de mulheres negras.

Como aconteceu na minha família, que, por sua vez, em um constante ciclo foi se repetindo na vida das irmãs da minha mãe e, atualmente, intercruza a vida das minhas primas, trazendo novos contornos, porém, costurando um fio ancestral de ausências paternas.

É preciso refletir sobre as causas e as consequências da maternidade solo; assim, agrego a essa reflexão marcas de aproximação entre a trajetória de vida de Girassol e Lia, ambas tem 32 anos, moram com os pais e avós, os pais de suas filhas são homens brancos e escolheram não serem pais, tiveram suas vidas recalculadas por causa da maternidade, interromperam os seus estudos, trancando seus cursos de ensino superior para lutar por formas de sobrevivência da maternidade solo, tendo que trabalhar para construir uma possibilidade de autonomia frente às suas famílias. Assim, as similaridades do processo de maternagem de Girassol e Lia trazem

reflexões estruturais como: solidão, relacionamentos interracialis e as dimensões de classe social.

Os pontos em comum na trajetória dessas duas mulheres me levam a ver as engrenagens que conformam a maternidade solo, dentre estigmas e principalmente em relação a afetividade e a solidão destas mulheres, que, após suas filhas nascerem, encontram dificuldade de se relacionarem com outros homens, mergulhados na misoginia, no sexismo e no patriarcado, que acham que as mães solos estão na busca incessante de pais para seus filhos ou que as mesmas estão desesperadas por sexo.

Algo que deve ser ressaltado é o que significa se relacionar afetivamente com outro homem que não seja o pai de suas filhas, perpassa por alimentar um imaginário social de promíscua, bem como o medo que foi presente muito no diálogo com Girassol de assédio e violência sexual com a sua filha.

Esse medo é algo muito presente nas mães de meninas, pois acredita-se que essas estão mais vulneráveis a essas violências; trago essa reflexão pois essa memória também está em mim, assim como nas conversas que ouvi, desde muito pequena, as quais enumeravam “eu não arranjei mais ninguém por causa das meninas”, porém, essa afirmação é dupla, pois está circunscrita ao medo das violências sexuais, como também ao fato de que mulheres que têm filhos possuem maiores dificuldades de se relacionarem novamente.

Assim, o solo de Lia vai se desenhando e agregando cores também da discriminação racial, pois foi através do nascimento de sua filha que ela passou a ver de forma mais evidente como o racismo opera: “A maternidade solo tem esse ponto na minha vida de virada, de um reconhecimento enquanto mulher e mulher negra.” Através de interrogações públicas em passeios se era a babá de sua filha:

Foi nesse sentido e eu comecei a ver algumas coisas, sendo que a Liz nasceu branca do olho verde e eu me considero preta, mas as pessoas falam que eu sou morena aí eu olhei assim e gente é agora, eu lembro de a gente ir a um passeio no shopping, sair eu ela e minha prima e a mulher perguntou se ela era filha da minha prima, porque a minha prima é branca, logo em seguida alguém me perguntou se eu era a babá dela. Então assim, foi muito impactante, daí pra frente cansei de ter episódios de – a, você é quem cuida dela, você é a babá e nunca associarem nos serem mãe e filha. Foi quando eu comecei a notar que a diferença era mesmo de cor/ raça. Fui atrás de ler, sobre as mulheres negras que são mães solos que é um número muito expressivo, você passa a entender toda a questão da solitude da mulher negra, em questão de relacionamento, onde está a mulher negra ela está lá no fim da pirâmide ela é a última a ser escolhida. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Ter uma filha branca, para Lia, evidenciou o racismo e a discriminação que essa filha também é a imagem de relacionamento interracial, que coloca historicamente as mulheres negras como as não preteridas para o casamento, ou para serem as mulheres para relacionamentos públicos. Logo, articula-se, na trajetória de vida de Lia, opressões interseccionais que articulam a maternidade solo com o racismo e a discriminação racial, vide que, tanto ela como Girassol, relacionaram-se com homens brancos e acabaram por vivenciar essa experiência sozinhas. Lia aponta essa visão dizendo que a mulher negra é a “a última a ser escolhida” para os relacionamentos afetivos sexuais públicos.

Trago essa dimensão do público pois é importantíssima para dimensionar os relacionamentos afetivos sexuais das mulheres negras, pois não quer dizer que essas não se relacionam com outras pessoas, contudo, significa dizer que há tipos de relacionamentos a que as mesmas estão sujeitas, que é a clandestinidade, do privado e escondido socialmente. E isso traz consequências para a autoestima de mulheres negras e reforçam discriminações e estereótipos.

Estereótipos esses que Lia vivencia desde a infância, pois, muitas vezes, ela foi classificada como a filha da “mãe solteira” e que se somavam ao fato de ser uma criança negra em um ambiente escolar e familiar predominado por pessoas brancas.

Minha infância foi de eu não achar que eu não era negra, não entender porque eu era excluída, porque muitas vezes eu buscava esportes de meninos. Porque eu era mais aceita. Lembro de um aniversário meu no *McDonald's* uma melhor amiga foi e no outro dia ela não falou comigo, aí eu perguntei ela disse, - **“eu não posso falar com você porque minha mãe disse que não era pra andar com filha de pais separados”**. Eu disse é... ela era muito branca, branca do cabelo liso de cara afilada, naquele dia foi um baque, mas ainda não tinha sido a hora de eu entender a real situação do que estava acontecendo. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Essa cena ilustra o quanto é perverso para uma criança ser excluída em decorrência do estado civil dos pais, mas, principalmente, ilustra o estigma e a discriminação que as filhas de mães solo estão sujeitas e desenham exclusões desde a infância em não ser preterida nas brincadeiras e, quando crescidas do racismo, fazem com que essa experiência seja mais perversa, ocasionando traumas que são sentidos ao longo da vida e são como camadas que vão dando forma a um corpo racializado e que traz em si as marcas do racismo, da discriminação, da solidão e da

exclusão, que, mesmo passada a infância, persistem e se repetem na vida de Lia através da marca de seu aniversário,

Dentro da minha casa existe muito a questão do racismo velado. Esses dias eu fiz tranças nagô era o meu aniversário e foi quando eu disse assim eu sou negra, tudo que já vinha pensando bateu agora. E as pessoas me olhavam diferente elas se afastavam de mim. A minha avó quando eu cheguei em casa ela disse que coisa horrível está parecendo aquelas neguinhas da África e eu disse então deu certo era isso mesmo. Ela tem umas falas muito carregadas ela é muito racista, então assim o marido dela é negro, o filho dela é negro a neta dela, mas ela tem muito carregado, chega a ser ruim e foi muito prejudicial na minha infância. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Assim, Lia tem, em sua vida, a repetição do racismo e da discriminação na infância pela mãe da amiga; na segunda, pela sua própria avó que diz muito sobre uma atmosfera de discriminação racial que estiveram e estão presentes em sua casa.

Lia relata que, desde criança, observa que era tratada de forma diferente como não comer na mesa com a família, mas sim no espaço da cozinha, o que essa imagem revela é discriminação baseada na cor e na raça. Pois, comer na cozinha era um elemento de distinção social e perverso. Ver que esse racismo não tem nada de velado, ele é explícito e cotidiano, e é mais um instrumento social de perpetuação de um racismo recreativo e cotidiano que é difícil de ser identificado e enfrentado quando vem de pessoas que temos uma certa proximidade e nutrimos afeto.

Enquanto mulheres negras, vamos criando associações perigosas entre amor/ dor, responsabilizando-se pelos outros e acreditando que as migalhas afetivas são o que é possível para nós. Perceber que os familiares de Lia estão sendo racistas com ela é algo que endossa sua percepção de solidão. Lia indaga “Hoje um dos meus problemas com a minha família é muito esse local de pertencimento; eu não me sinto parte, sinto que fui uma pessoa que foi acolhida, mas faço de tudo, eu sou extremamente submissa a eles”. A experiência de racismo da família de Lia faz com que ela não se sinta fazendo parte da família, um não lugar, e essa falta de pertencimento doe e faz com que seja mais um elemento da maternagem solo.

Por isso, tenho feito o exercício de pensar a maternidade solo como um todo, uma somatória de vida, como o solo, que vai passando por rachaduras, sobreposições e que trazem em sua aparência sedimentações profundas, do racismo, do sexismo e dão a forma da crosta terrestre das mães solo, enquanto terrenos que são sedimentados por dororidades ancestrais de abandonos, de segregações e de

traumas do racismo que formam o chão da maternidade solo, o qual, para quem pisa, é que sente e, quem nasce desse solo, traz uma profunda marca de serem filhas desse solo forte e enlagoado de insubmissas lágrimas, como ilustra Conceição Evaristo (2011).

### 3.3 A superfície de Sônia

Sônia é uma mulher negra, tem 41 anos, tem dois filhos: o primeiro filho foi adotado e tem, atualmente, quinze anos; a segunda filha tem cinco anos, fruto do seu segundo relacionamento. É professora da rede estadual do Ceará, ministra aulas de língua portuguesa e é consultora de beleza de uma linha de cosméticos. Mora em uma casa própria na região metropolitana de Fortaleza, denominada Pacatuba.

Sua trajetória de vida perpassa por uma conjuntura familiar em que o seu pai era um dependente químico, alcoólico; sua mãe teve sete filhos, sua irmã mais velha foi mãe solo e sua mãe criou a neta como fosse mais uma filha. A dependência de seu pai fez com que sua infância fosse circunscrita a violências físicas, emocionais, patrimoniais e psicológicas, tanto para sua mãe como para os filhos que presenciavam e vivenciam toda essa conjuntura.

Sou uma pessoa muito sensível, eu venho de uma família que o meu pai era um alcoólico e a gente passou toda a vida, minha vida de infância até eu sair de casa, quando eu casei tinha vinte anos, casei aos vinte anos pra fugir da dor, eu pensava que era amor, mas depois descobri que era pra fugir, era uma fuga um meio de sair daquele ambiente. (Sônia, 41 anos, professora. Entrevista realizada em 28 de agosto de 2021).

A vontade de querer sair de casa e do ambiente violento fez com que Sônia casasse aos vinte anos; essa é uma realidade muito comum e observo que essa também foi uma realidade traçada pela geração seguinte às mães solas da minha família, ou seja, as filhas das mães solas, minhas primas projetaram em seus relacionamentos a possibilidade de sair de casa.

Essa também foi uma estratégia desenvolvida por Sônia na sua ânsia por mudar de vida. Seu casamento durou treze anos e ela relata que foram bons anos, todavia, como ela relata, não era amor, “casei aos vinte anos para fugir da dor”; o que insere uma complexa relação para mulheres negras entre amor/dor, corroborando para relacionamentos abusivos, numa naturalização da violência.

A mãe de Sônia interrompe a violência do casamento se separando do pai de seus filhos, fazendo com que a sua experiência de maternidade seja desenhada pela maternagem solo; Sônia, refletindo acerca da experiência de sua mãe, conclui que ela também foi mãe solo, pois, mesmo quando ela estava ainda com o seu pai, o mesmo era ausente. Essa contestação dá ressonância para o debate de que ser mãe solo independe se você está ou não com o progenitor dos filhos, mas sim sobre uma relação de participação e construção de uma paternidade ativa.

Tem a repetição do padrão, porque mesmo o meu pai estando em casa ela criou a gente sozinha. Meu pai nunca foi pra uma festa dos pais, antigamente tinha a festa dos pais, nunca ele se preocupou com a alimentação que nós íamos comer. **Sempre ela tinha que fazer tudo sozinha.** Ele nunca foi a escola, nunca se preocupou em nada em relação a gente. **Então eu vejo que por mais que ele estivesse lá, mas ela estava sempre sozinha.** (Sônia, 41 anos professora) **Grifo meu.**

Assim, observo que o mecanismo de entendimento das mães solas, para se identificarem como tal, perpassa pela constatação das ausências paternas, que estão para além de uma relação biológica ou heteronormativa, mas sim de quem assume para si a responsabilidade da performance de pai ou mãe.

No sentido de uma relação cotidiana de cuidados e responsabilidades, que se apresentam nos cuidados básicos, de alimentação, de saúde e de educação, não ter alguém para que se divida esses cuidados, faz com que as mulheres, que são mães, sejam as únicas responsáveis por tais tarefas, que são realizadas incessantemente de forma diária e invisibilizada, contribuindo, assim, para experiências de maternidades que são cansativas, sobrecarregadas e exaustivas; e se traduzem em locuções como “Sempre ela teve que fazer tudo sozinha”, que escancara as camadas do que significa ser uma mãe solo, que como Sônia define é “A questão do solo vem da questão de estar só”.

O estar só de Sônia define sua experiência de maternidade solo, bem como, o signo de repetição: o qual se baseia na observação da maternidade de sua mãe e a repetição da sua própria vida. Pois, após ter transcorridos treze anos de seu primeiro casamento, ela, em conjunto com o companheiro, decidiu que queriam ser pais de uma criança e decidiram adotar. E, um ano antes de seu casamento chegar ao fim, ela torna-se mãe de um garoto, sendo que, após poucos meses da chegada do filho, o pai decide ir embora,

E com poucos meses que ele estava comigo, com sete meses que ele estava comigo ele o pai do Y. foi embora e **aí eu assumi a maternidade do Y. sozinha e foi muito difícil**, porque foi um filho desejado, a gente queria muito esse filho tanto ele como eu. Não era só eu ele também queria muito esse filho. Pronto ficou só eu mais o Y. em casa eu tinha uma casa própria, eu não morava de aluguel e continuei a vida com muito **sofrimento** tentando me adaptar, o menino era muito apegado a ele ainda é, até o momento ele que cuidava muito do menino, de dá banho, colocar pra dormir, todas as responsabilidades da criança era com ele e aí nós sofremos muito os dois e foi um sofrimento junto eu e ele a gente era muito agarrado. (Sônia, 41 anos professora) **Grifo meu.**

Observo que a paternidade perpassa pela possibilidade de escolha, no sentido de ser uma escolha do progenitor decidir vivenciar uma paternidade ativa ou não com sua prole. Porém, essa escolha, muitas vezes, não se aplica às mães, haja vista a naturalização da maternidade como algo circunscrito às trajetórias de vida das mulheres; por isso, a necessidade de relativizar e entender que não estou falando do campo biológico, mas sim sociocultural, que naturalizou, ao longo do tempo, através de estruturas culturais, o binômio mulher – maternidade, como complementariedade.

A intelectual norte americana negra bell hooks (2019) argumenta a diferença entre feminidade e maternidade, apontando que tal analogia reforça “a noção machista que iguala feminilidade e maternidade”. (p. 200).

Todavia, essa associação não acontece com a figura da masculinidade, resguardando – lhe o princípio de escolha que lhes dá liberdade para negar a paternidade. Sem tantos juízos morais e discriminações como quando uma mulher opta por não ser mãe.

Assim, o pai do filho de Sônia optou por não dividir ativamente as responsabilidades cotidianas que envolvem criar um filho, deixando Sônia e seu filho passarem pelo sofrimento de vivenciar a maternidade de forma solitária.

Passados dois anos após o divórcio de Sônia, ela se casa novamente e, desse relacionamento, nasce sua segunda filha. É quando ela vê a sua trajetória de vida se repetir: sua filha tinha onze meses e ela tinha acabado de ter um aborto espontâneo e viu, mais uma vez, o seu casamento acabar. Sobre o fardo e as responsabilidades que envolvem a criação dos filhos, pondera: “ela tinha dez meses aí se repetiu o casamento, se desfez só que quando a C. tinha sete meses eu engravidei novamente e o casamento se desfez quando eu estava de resguardo de um aborto”.

Como ciclo de repetição na trajetória de vida de Sônia, primeiro ela ver sua mãe se separar de seu pai para interromper um ciclo de violência, ela foge desse contexto familiar, casa e, quando se torna mãe, ver seu casamento se desfazer e, quando ela se permite a um novo relacionamento, vê-se novamente sozinha na sua experiência de maternidade.

Os pais de seus filhos repetiram os passos da ausência. Segundo Sônia, o pai de sua filha “não soube lidar com todas as responsabilidades da menina, acostumado os filhos já adultos, há muito tempo morava sozinho”. E, em vez de enfrentar a responsabilidade cotidiana da paternidade, assume uma responsabilidade paterna circunstanciada aos fins de semana, de quinze em quinze dias, que se baseia numa performance de paternidade cambiante entre a ausência e a presença:

Então por muitas vezes mesmo eu sabendo que eles estão presentes, mas por muitas vezes eu me sinto sozinha, na hora de levar na escola, comprar uma alimentação, na hora de levar pra o médico. Por exemplo, o pai da C. perguntou ela não estava se alimentando e se eu não tinha levado ela pra pediatra, ele não diz assim, vou pegar a C. e levar na pediatra. **Então assim, é nesse sentindo que eu me sinto sozinha.** O Y. tem algum problema na escola com algum coleguinha eu não tenho com quem contar pra ajudar na questão da disciplina dele e nesse sentido que eu me sinto sozinha. A questão do solo vem da questão de estar só, não é só a pensão, ou só o final de semana é o dia-a-dia é a educação mesmo é bem nesse sentido. (Sônia, 41 anos professora).

Então, o solo para Sônia é o dia a dia da maternidade, é o peso de ser a responsável pelos filhos de forma integral, essa percepção complexifica e alarga a percepção da maternidade solo, como o sentir e o se perceber sozinha, pois muitos pais acham que prover um auxílio financeiro significa ser pai. Todavia, o que Sônia coloca como paternidade é o compromisso e a responsabilidade diária com a criação dos filhos. Desassociando a maternidade solo de um estado civil, mas sim dando forma a essa experiência com contornos alicerçados em *práxis* cotidiana que contribui para uma equidade de gênero.

bell hooks (2019) em sua obra “O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras” articula uma nova perspectiva de atuação paterna que é uma “paternagem feminista” no sentido de elaborar novas concepções de família:

Uma das intervenções mais positivas do movimento feminista em nome das crianças foi criar uma maior conscientização cultural da necessidade de participação igual dos homens na criação, não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças. (HOOKS, 2019, p. 115).

Portanto, bell hooks (2019) argumenta a importância na paternidade feminista, como um instrumento que está para além da equidade de gênero, que é o propósito de se criar relações com as crianças. No sentido de criação de novas sociabilidades familiares, sociais e culturais. Pois a ausência paterna pode proporcionar consequências que colaboram para a discriminação das mães e das crianças que não escolheram vivenciar tal contexto, mas sim viram o destino de suas trajetórias de vida serem definidas por pessoas que decidiram não vivenciar uma paternagem.

Logo, criar uma filha não é só uma responsabilidade das mães, mas sim uma atividade coletiva. Por isso, a necessidade de se pensar a socialização do cuidado. Joana El-Jaick Andrade (2018) propõe, através da elaboração de um estado socialista, que

As mulheres não mais se encontrariam oprimidas diante dessa “obrigação social”, de modo que as mães poderiam desfrutar de sua relação com os filhos sem o peso das tarefas familiares. Essa nova maneira de ver a maternidade, na qual se nutririam de sentimentos de amor e ternura para com todas as crianças, indistintamente de laços sanguíneos ou legais, permitiria que a criação das crianças passasse a ser vista como uma responsabilidade coletiva. (ANDRADE, 2018, p,132).

De tal forma, as configurações familiares não estão restritas às figuras de pai/mãe; o que está por se circunscrever é a percepção da maternagem e paternagem, não como algo dado e inato, mas sim como uma relação socialmente construída e elaborada cotidianamente.

Maternar e Paternar alguém subtende a umas práticas cotidianas, desassociada a fórmulas heteronormativas que foram sendo construídas e elaboradas de pai e mãe. Maternar e Paternar são ações e verbos que caminham para elaborações e novas possibilidades de famílias plurais, sejam elas monoparentais, poliparentais.

Tendo por ilustração a série de ficção intitulada *Pose*<sup>18</sup>, veiculada num sistema de TV fechado, no qual apresenta um conceito de família diferenciado,

---

<sup>18</sup> *Pose* apresenta a cultura da cidade de Nova Iorque, mais precisamente o bairro *Brooklyn* entre os anos 80 e 90, tendo por pano de fundo a emergência da epidemia de HIV/AIDS e a competição de performances tendo por destaque dançarinos e modelos que competem por troféus e reconhecimento. O destaque do drama se pela perspectiva de família que são denominadas como Casas, arranjos de sociais para lhe darem com os preconceitos e injúrias daquelas épocas. Criada por Ryan Murphy, Brad Falchuk e Steven Canals.

baseado na acolhida de pessoas LGBTQIA+ negras que, após o abandono da família, reinventam, através de laços de solidariedade, os significados de família; através da série, é apresentada uma nova perspectiva de maternagem por meio da figura da mãe trans que acolhe seus e suas filhas e os insere dentro da cena dos bailes no bairro *Brooklyn* que são espaços de resistência da comunidade negra afro-americana e latino-americana.

Assim, no próximo capítulo, adentro aos sentidos e à articulação entre maternagem e afetividade de mulheres negras, na busca por apresentar conexões e entender como essas questões se interseccionam de forma a dar um sentido único a experiência de maternagem solo de mulheres negras.

#### 4.“UM FIO INVISÍVEL E TÔNICO PACIENTE COSE A REDE”: AFETIVIDADE E SOLIDÃO

O que a gente faz com que a vida fez da  
 gente  
 Como sigo sem os estereótipos,  
 Em uma sociedade que destrata  
 descaradamente  
 Nesse processo, eu me escolho,  
 eu me responsabilizo,  
 faço meu melhor com a alma e com a  
 mente  
 Eu me torno consciente  
 Rejeito a intromissão pra que a dor não  
 seja permanente  
 Busco a cura eficiente  
 Estando ciente  
 Permanecendo paciente  
 Ficando resiliente  
 Sei que minha dor não é temporariamente  
 E que um dia (será) se resolverá  
 finalmente  
 E toda alegria (tomara) se dará  
 plenamente.”  
*Luciana Silva de Oliveira (2021)<sup>19</sup>*

Como pensar e elaborar sobre a solidão na trajetória de mulheres negras: penso esse sentimento e vivência como algo ancestral, como um fio condutor “tônico e paciente que cose a rede”, como escreve Conceição Evaristo (2008), essa rede é tecida de lágrimas, dores, dribles e alegrias cotidianas, pois não somos só dor, porém, essa dororidade, como enumera a intelectual e ativista Vilma Piedade (2017), especifica e nos conecta enquanto mulheres negras. Luciana Oliveira (2021) publicou o poema acima no portal Geledés<sup>20</sup> e traduz muito os meandros da solidão da mulher negra, como “sei que minha dor não é temporariamente”, é uma constância na vida que vai sendo elaborada desde a mais remota infância através do sentimento de

---

<sup>19</sup> Poema disponível no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988 é uma organização da sociedade civil, que atua na defesa e promoção das mulheres negras no enfrentamento as discriminações e o racismo e sexismo no Brasil. disponível em <https://www.geledes.org.br/poema-para-a-solidao-da-mulher-negra/>. Acessado em: 08 de novembro de 2021.

rejeição e do sentimento de não pertencimento a uma sociedade que nos aniquila cotidianamente.

A solidão, em termos de definição, caracteriza-se pelo sentimento de se sentir só, como um substantivo feminino que agrega e personifica a percepção de isolamento, esse que é vivenciado de forma muito particular por mulheres negras, principalmente, se agrego a esse sentimento os sentidos e os significados da maternagem solo como o terreno que Girassol, Lia e Sônia estão por trilhar de forma a interseccionar afetividade, maternagem e solidão.

Para tanto, antes de adentrar nesse binômio entre maternagem e afetividade, reflito sobre os sentidos punitivos da maternidade de mulheres negras. Trago esse pensamento através da imagem que é apresentada pela Antropóloga Vera Rodrigues (2016), que escreveu um texto refletindo sobre o programa bolsa família, na cidade de Redenção, localizada no interior do Ceará, que, na entrada da cidade, onde é sediado o primeiro campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tem um monumento denominado “negra nua”, que apresenta de forma violenta as ligações entre maternidade de mulheres negras e a objetificação de seus corpos.

[...]a “Negra Nua”, um monumento na entrada da cidade no formato da imagem de uma mulher negra, nua, de joelhos, com as mãos erguidas para o alto como em agradecimento à liberdade recebida. Essa imagem está presente nas embalagens de produtos locais (doces e cachaça), sendo veiculada comercialmente. No entanto, vazia de historicidade. É uma imagem sem nome, sem referências, que perpassa apenas os limites do entendimento de que teria sido uma escravizada que ao deixar morrer o filho do seu senhor (devido a uma queda) teria sido mutilada (seio cortado) e, após, queimada e enterrada viva na senzala da casa-grande. (RODRIGUES, 2016, p, 77).

O monumento “negra nua” é a ilustração viva da maternidade de mulheres negras que não podem errar, e, assim, fortalece, no imaginário popular, que mulheres negras são desumanizadas, mutilando-lhe e esvaziando a sua existência e memória na vitrine do racismo para que mulheres negras lembrem, cotidianamente, de um passado que se faz presente através desse monumento; de forma problemática, exemplifica a dolorosa relação entre maternidade negra, afetividade e objetificação da mulher negra.

Assim, pensar em maternidade e afetividade para mulheres negras é adentrar em terrenos dolorosos que estão por acionar um passado, presente da historicização dos sentidos agregados por mulheres negras no que tange criar suas

filhas e seus filhos sob *júris* de uma memória de culpabilização e responsabilização por sua prole.

#### 4.1 Maternagem e afetividade

O que se desenha, a partir da trajetória de vida de Girassol (32 anos), Lia (32 anos) e Sônia (41 anos), são três mulheres que estão por vivenciar o intercruzamento da maternagem solo e solidão da mulher negra, que perpassam desde o sentimento de ausência dos pais de suas filhas e filhos, bem como pelo distanciamento dos amigos e amigas após serem mães.

Algo muito presente é o estereótipo da mãe sozinha, na busca desenfreada por alguém que venha a ocupar o local de ausência deixado pelos seus ex-companheiros, como a perversa imagem no pensamento masculino de que mulheres que têm filhos estão disponíveis para sexo casual e relações descompromissadas.

[...] me deparar com homens que se aproximavam de mim mesmo só pelo sexo, eles só queriam isso. Eles não queriam outra coisa, não estavam interessados em saber quem eu era, eles não gostavam de mim nada, era só há ela tem uma filha pequena, então provavelmente ela queira ficar com alguém, era isso aí foi muito triste, foi frustrante. (Girassol, 32 anos, Técnica Administra).

Girassol, ilustra bem como funciona as imagens de controle e estereótipos da mulher negra no cotidiano que se circunscreve as experiências afetivas e sexuais de mães solas negras, que conversa com a imagem de controle da mulher promíscua que, segundo Collins (2019), é apresentada como a Jezebel, imagem criada num contexto de escravização que manipulava um imaginário da mulher negra com infinito apetite sexual. Por isso, a necessidade de entender como o colonialismo e a escravidão moldaram a sexualidade de mulheres negras, no sentido de legitimação das violências sobre seus corpos e as desumanizando na elaboração da objetificação das mulheres es negras.

Essa percepção da objetificação das mulheres negras se ilustra na fala de Girassol, na tristeza e na frustração de ver que as possibilidades dos seus relacionamentos afetivo-sexuais estão circunscritas à limitação da sua existência a seu corpo e são desprovidos de afeto e cuidado, como se fosse um objeto que se usa e depois descarta. Como essa relação é perversa, pois ela vai destruindo o processo

de autoestima de mulheres negras e corroborando para uma percepção de relacionamentos abusivos e violentos como a única possibilidade de afeto.

Muitas situações foram difíceis se evidenciou em mim a carência, uma pessoa que não se conhece aceita qualquer coisa, eu não sabia o meu valor, aí qualquer migalha de qualquer coisa eu aceitava. Depois que eu me separei me relacionei com uma pessoa, mas também era uma pessoa escrota. Eu pensava – bem ele é carinhoso, passa aqui um tempinho comigo, pelo menos não é ciumento como o outro. Era isso eu sempre pensava o que ele tinha que me fazia ficar ali, mas eu sempre insatisfeita. (Girassol, 32 anos).

Girassol fez a triste equação entre dor e amor, como sinônimos; essa soma é muito comum na trajetória de mulheres negras, pois é algo que perpassa à nossa existência e são alimentadas através de imagens de controle da mulher negra forte e autossuficiente; obviamente, as mulheres negras podem ser resilientes e fortes, porém, que essa não seja a nossa única essência e que não vire uma camisa de força sufocante no sentido de, em nenhum momento, poder ser franca, ou seja, em qual momento as mulheres negras podem receber carinho e ser acolhida.

Salientado que esse cuidado não seja constantemente negociado em infinitas trocas compensatórias, assim, as mulheres negras estão por fazer escambo dos seus afetos, como se elas não pudessem ser amadas pelo que elas são, e sim pelo que elas podem dá em troca de migalhas afetivas que corroboram para a redução das mulheres negras como objetas.

Logo, percebo a rejeição afetiva e a objetificação das mulheres negras como algo muito presente na trajetória das minhas três interlocutoras, na medida que o fio condutor de suas trajetórias de vida perpassa por uma maternidade solo. E o que torna essa percepção em constatação é a repetição da objetificação sexual das mulheres negras, sendo que essa experiência tem se repetido na vida das mães solo como elabora Lia (32 anos), de forma muito parecida e semelhante com o relato de Girassol, fazendo com que eu tenha essa percepção de ser algo contínuo na vida das mulheres negras.

Desde que a Liz nasceu, que eu não consegui ter nenhum relacionamento afetivo. São seis anos sem nenhum tipo de relacionamento, conheço algumas pessoas, coisas muito pontuais, mas nunca dá certo e nunca está dito porque nunca dá certo. Eu lembro que uma vez eu entrei no *tinder* desses da vida, aí quando eu falava que era mãe, já vinham coisa do tipo há você só quer sexo, ou há você deve estar no atraso, eram coisa muito pesadas, tanto que eu acho que no dia das mães eu cheguei a fazer um compilado de algumas dessas coisas e comentei sobre. Hoje pra mim é muito complicado além de ser mãe solo é mulher negra aí juntar essas duas

coisas suas chances ficam infinitamente menor. (Lia, 32 anos, assistente de marketing).

Lia articula, de forma muito precisa, o que significa a intersecção entre maternidade e afetividade, na medida que ela refletiu sobre o que significa não dar certo um relacionamento, o que estar por trás dessa sentença é que mulheres negras não são as preferidas para os relacionamentos públicos, que mulheres que são mães acabam tendo sua vida resumida a performar a maternidade como uma única identidade possível, ou que elas “só servem” para relações que as reduzem a condições de abjetas. O que o mercado afetivo – sexual determinar para as mulheres negras é a categoria de não serem as escolhidas no que tange a construir novos relacionamentos.

Para Sônia (41 anos), um dos fatores da solidão da mulher negra é a questão da maternidade solo, a sobrecarga e o receio que os relacionamentos sejam ciclos, nos sentidos de repetições e condicionamentos da sua existência. Ela coloca um processo que é uma virada na vida das três mães solo que é o autoconhecimento e a percepção de suas trajetórias de vida, de entender o que estruturam a sua existência e que está circunscrita ao racismo.

Pra mãe se relacionar, a mãe solo se relacionar ela não vai se relacionar com pessoas que não entendam o papel dela como mãe. Primeiro aquela outra pessoa vai ter que entender que eu sou mãe tenho responsabilidades e prioridades. E eu vejo que nós temos que ocupar nosso lugar como mulher, entender que nós estamos vivas, mas não é fácil. Não é fácil porque nem todas as pessoas, há outra pessoa vai se encaixar dentro da sua realidade, da minha realidade no caso. (Sônia, 41 anos, professora).

Por ser as mães solo, em sua grande maioria, as principais responsáveis por suas filhas e seus filhos, elas acabam por ter que fazer uma difícil operação em suas vidas que é como equacionar as subjetividades femininas, os desejos dentre tantas obrigações e sobrecargas da maternidade solo. Enfrentar esses desafios significa, muitas vezes, para as mulheres negras, anularem-se frente às prioridades dos filhos, ficando a sua existência em segundo plano, bem como, a possibilidade de se relacionar afetivamente com outra pessoa. Esse também é um dos fatores que corroboram para a dificuldade de se relacionar afetivamente com novos companheiros, que perpassa pelo entendimento que estas mulheres tem um passado e que elas são as principais responsáveis pelas filhas e pelos filhos.

Cabendo a reflexão do que significa também ser uma mulher que tem filhas e filhos e é responsável por elas e eles, o que significa para as mulheres se relacionarem novamente sobre a perspectiva de um monitoramento moral pela integridade das filhas e filhos. Faço essa reflexão pelo seguinte pensamento que ouvi durante toda a minha vida: a minha mãe não tinha se relacionado afetivamente novamente por medo dos abusos e das violências que poderiam acontecer com suas filhas, esse também foi um medo compartilhado por suas irmãs de não “colocar um homem dentro de casa”. Essa reflexão também esteve presente nas falas das minhas interlocutoras na repulsa de ter um novo relacionamento e chegar a dividir o mesmo ambiente doméstico.

Eu sinceramente, não tenho a pretensão de morar junto com homem nenhum, primeiramente porque eu tenho minha filha e eu não confio neles, eu não vou deixar a minha filha, não vou deixá-la morar com o pai dela, nem deixar ela sobre hipótese alguma morar com os meus pais e eu me mudar para morar com um homem, eu não quero isso, eu acho que nós duas já estamos construindo uma coisa muito boa que é essa relação de afeto, essa relação de intimidade. (Girassol, 32 anos).

O medo de abusos sexuais e violências é um dos fatores que colaboram pela dificuldade e mesmo a negação total de possíveis novos relacionamentos para mulheres mães solas, o receio de colocar suas filhas, principalmente, a possíveis vulnerabilidades que são escamoteadas pelo sexismo e pelo o que significa ser uma mulher cis e trans, e estar mais suscetível a violências.

As mães, na busca por proteger as filhas, isolam-se como um instrumento de sobrevivência, pois, só elas sabem o medo que perpassa pelas suas existências do que significa “fracassar” enquanto mães na labuta de ser a principal responsável por sua prole. Isso é demasiado perverso pois escancara camadas muito profundas da maternagem solo, que é serem as únicas responsáveis pelas trajetórias de vida das filhas e dos filhos.

E, quando penso num recorte simples de identidade de gênero entre homens e mulheres, para os filhos homens, tem o temor da violência sexual em menor grau, mas, principalmente, o medo perpassa pelas violências do Estado que extermina jovens negros. Como vivenciar uma maternidade circunscrita ao medo de nunca poder titubear, numa maternagem que elas vão a cada dia vivenciando e sendo agentes de

algo que elas estão por descobrir cotidianamente, que a maternidade solo e o que essa vivência significa em termos de autoconhecimento.

E aí eu vou ficando sozinha, muito organizada, tive muitos problemas financeiros e aí hoje eu estou colocando as coisas em ordem. Não quis um relacionamento sério, dentro daqueles padrões de convívio social, porque eu priorizei organizar minha vida a questão financeira, as questões emocionais, a questão da aceitação, eu tive que ter esse período da aceitação, eu tive que aceitar não somente a Sônia, pessoa, mas a minha história e aceitar que eu não sou mais aquela pessoa com a liberdade, eu tive que aceitar que eu tenho responsabilidades sobre dois seres e eles estão como prioridade. (Sônia, 41 anos).

Assim, a maternidade, para Sônia, Lia e Girassol, foi como uma espécie de virada de chave em suas vidas, pois, após serem mães tudo mudou. Para Sônia, essa transformação perpassa por uma descoberta e aceitação: esse processo perpassa por sua percepção enquanto mulher negra e o que significa para sua existência ser uma mãe solo. Para Lia, a maternidade lhe propiciou um amadurecimento e a percepção de tornar-se negra: “A maternidade solo tem esse ponto na minha vida de virada, de um reconhecimento enquanto mulher e mulher negra”. Pois, o fato de ter uma filha branca escancarou algo que desde a infância ela já vinha vivenciado, na sua família interracial que é a discriminação e o racismo.

Na situação de Girassol, a maternidade também lhe transforma e faz com que o olhar dela ficasse diferenciado e, principalmente, fez com que ela adquirisse um senso de coletividade enquanto mulher negra e que, por mais particular que seja, sua história há algo de comum para com a vivência de outras mulheres negras.

Fazendo esse recorte da mãe, o quanto que a maternidade veio para mudar, me mudou me transformou muito, posso dizer que eu mudei completamente porque eu era uma outra pessoa. Em 2019 passei por uma grande transformação em aceitar a minha condição de umbandista. Eu me emociono, mas não é de dor ou sofrimento... eu sempre quis ser muito amada, eu esperava esse amor das outras pessoas e me frustrava, eu ficava triste com ódio, muitas vezes eu fui a pessoa agressiva, mas hoje eu não espero e nem preciso do amor das outras pessoas, porque eu estou me amando. E a umbanda veio com força. (Girassol, 32 anos).

Para Girassol, a maternidade foi um processo de autodescoberta que, alinhado à sua vivência na Umbanda, empodera-lhe no sentido não individual, mas coletivo que essa experiência lhe proporciona enquanto abrigo e acolhida, em não projetar a sua felicidade e realização pessoal em um amor romântico, mas sim em um processo de cura que perpassa por se amar primeiramente. Esse é um ponto muito

forte nas trajetórias das mães solo, o que significa se amar quando você é a pessoa que carrega o mundo nas costas, porém, muitas vezes, não encontra abrigo.

Para a longa caminhada que circunscreve a maternidade solo, enquanto um terreno, superfície e solo, por onde essas mulheres estão a sedimentar suas trajetórias de vida com pedras de abandono, solidão, racismo, sexismo e discriminação, por serem mulheres negras e mães que viram seus companheiros de alguma forma escolherem não dividirem as responsabilidades com as suas filhas e seus filhos, ou seja, eles escolherem não serem pais e sentenciaram as mães de suas filhas e filhos a passarem por essa experiência de forma solitária.

Todavia, gostaria de ressaltar que alguns pais simplesmente não escolheram, eles foram exterminados pelo estado, esse é um ponto sensível, pois deve-se relativizar e entender que algumas mães solos estão por vivenciar a maternidade dessa forma, pois seus companheiros foram assinados. Como denunciado por entidades do movimento social que publicizaram que, em média, a cada 23 minutos um jovem negro é assinado no Brasil<sup>21</sup>. Esse dado pode ser localizado e analisado a partir dos mapas da violência.

Bem como descrito anteriormente no capítulo 02, existe um projeto colonial de aniquilamento do homem negro, que foi sendo semeado desde a elaboração de estereótipos tais como o homem negro infantilizado e irresponsável.

Algo que também nos é sensível é o fato de que, às vezes, mesmo os companheiros negros projetarem em mulheres brancas uma suposta ascensão social que coloca a mulher negra na base da pirâmide social em termos de mercado afetivo, ou seja, as mulheres negras retintas principalmente não escolhidas para construção de matrimônios e relacionamentos afetivo-sexuais. Cabendo refletir quais sentidos e significados tem a solidão na vida das mães solos.

#### **4.2 Os sentidos da solidão para mulheres negras**

A solidão da mulher negra se apresenta de inúmeras formas que estão alicerçadas em ausências e traumas ancestrais, visto que nós mulheres negras

---

<sup>21</sup> Matéria divulgada no portal da Federação dos trabalhadores do Judiciário nos estados, que evidencia a triste estatística de extermínio da população negra. Ver mais <https://fenajud.org.br/?p=8060>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

estamos por vivenciar desde a relacionamentos familiares a de amigas que vão sendo sedimentados através dos sentimentos de ausências e de se estar só, que foram aniquilando a autoestima e excluindo mulheres negras do campo das afetividades e das relações de cuidado.

Adentro a uma seara delicada que é pensar num sistema de ausências de afetos e a tentativa de busca por se sentir amada e desejada. Entender essas ausências significa pensar que, em algumas situações, há uma projeção na maternidade na tentativa de suprimir ausências afetivas.

Para Patrícia Hill Collins (2019), observando uma realidade dos Estados Unidos da América – EUA, a solidão das mulheres tem sido uma realidade que tem passado por múltiplas percepções dentre elas o desejo de supressão de ausências.

Essa solidão, o sentimento de estar na parte inferior de desejabilidade, provoca reações divergentes nas afro-americanas. Muitas têm esperança de se casar algum dia com um bom homem negro e tocar a vida. Algumas concentram as energias na maternidade, um aspecto importante e respeitado na sociedade civil negra. As mães solteiras não são tão desprezadas na sociedade civil negra, porque a maioria das afro-americanas sabe que é difícil encontrar um parceiro negro. (COLLINS, 2019, p 273).

Guardadas algumas aproximações e distanciamentos para a conjuntura da sociedade estadunidense, pois, aqui no Brasil, pela leitura e observação que tenho, as mães solas não são necessariamente tão compreendidas pela sua comunidade, o que há é um compartilhamento de tal experiência, pois, se observar a conjuntura familiar das periferias de Fortaleza, é muito presente a questão da maternidade solo, e lançar olhares para a dinâmica brasileira é perceber que essa realidade é vivenciada por cerca de 11,5 milhões de mulheres.

Logo, o que se destaca é essa possibilidade analítica de projetar na maternidade a supressão de ausências e de afetos, porém, é muito delicado reduzir as experiências de maternidade solo a tal sentença, cabendo ressaltar que o entendimento que venho elaborando da maternidade não como algo inato, mas sim uma construção social. Localizando essa experiência, não como algo compulsório, e sim como um degrau no campo das ditas realizações que as mulheres devem cumprir. A maternidade como princípio de escolha e não como sentença da existência da vida das mulheres.

Pois, o ato de maternar alguém não significa a extinção da solidão. Para Girassol, Lia e Sônia, a maternidade significou o escancaramento da solidão da mulher negra.

A maternidade solo pra uma mulher negra é como se fosse natural, como se toda mulher negra tivesse que procriar e tivesse extinto maternal, e fosse boa de cama, boa cozinheira, boa faxineira. Aquele estereótipo que você tem que ser a mãe que trabalha, cuida de casa, aguenta humilhação, pra sustentar os filhos. São muitas exigências e eu acho que isso é cruel. E isso por algum tempo a gente achou que isso era ser guerreira, ser forte. **A minha mãe tem muito disso, não nunca precisei do seu pai pra nada, não nunca precisei de ninguém pra nada e muitas vezes ela me faltou**, durante a vida toda, lembro da minha mãe chegar uma hora da manhã do trabalho, duas três horas e acabou que a minha vivencia toda foi com minhas tias que estavam comigo todo dia. (Lia, 32 anos) **Grifo meu.**

A maternidade solo para Lia perpassa por uma dupla faceta, primeiro enquanto filha de mãe solo e depois enquanto mãe solo, como ela relata: essa tentativa da mãe de suprir as ausências paternas, primeiro pelo básico que é prover o sustento que colocou a sua mãe numa rotina de trabalho sufocante, colaborando assim para a sua ausência enquanto a mãe da Lia, essa imagem da mãe que dá conta de tudo, é sufocante pois, esse estereótipo de mulher forte, colabora para o isolamento e solidão da mulher negra, que são ilustradas na passagem “muitas vezes ela me faltou”. O que significa uma mãe faltar na vida de uma mulher negra e sentir desde a infância a percepção de estar só.

E esse sentimento vai sendo carregado ao longo da existência de cada mulher negra, e toda vez que se soma experiências de abandono, esse se sentir só vai ficando tão profundo, que só pode ser traduzido em solidão da mulher negra.

Vera Rodrigues (2019) escreve um texto muito preciso com reflexões sobre o racismo e como esse tem operado na construção da identidade da população negra, o capítulo de livro tem por título “Entre Vivências e Resistências: o racismo na ótica de negras(os) intelectuais”, no qual ela rememora um episódio de infância que descreve, de forma muito forte, como as engrenagens do racismo operam na exclusão de crianças negras e posteriormente de mulheres negras.

Toda a preocupação e cuidado não poderia evitar que fora dos espaços de proteção familiares, não fossemos de alguma forma atingidas pelas marcas impostas pelo racismo. Uma dessas marcas se sedimentou como uma lembrança de infância. Eu era uma menina de uns 7 ou 8 anos, ou como dizemos “uma gurria” no sul do Brasil, e me lembro que durante uma festa junina na escola, um guri branco se recusou a dançar comigo. Lembro-me, de ficar ali parada no pátio, em meio a outras crianças que riam do acontecido

e de não saber o que fazer. O porquê eu não entendia, mas só sabia que algo em mim afastava não só aquele guri, mas outras crianças como ele também. (RODRIGUES, 2018, p, 2- 3).

Essas marcas do racismo, que a professora Vera Rodrigues (2018) descreve, ilustram como o colonialismo ao longo dos anos trabalhou para negar humanidade, beleza na população negra e esse pensamento se reflete na exclusão de crianças negras de brincadeiras e socializações que, na vida adulta, corroboram para a construção de autopercepções de mulheres negras que são baseadas na sua exclusão do mercado afetivo e de não serem as preteridas em relacionamentos, sejam afetivo-sexuais, bem como no ciclo de amizades que alimentam os sentidos da solidão da mulher negra.

Para a Rodrigues (2018), a ruptura do se sentir sozinha no pátio da escola, veio posteriormente com ela saber quem ela é, uma mulher negra, professora que se fortalece em suas mais velhas, que, segundo suas palavras, define-se como “Essa escrita é uma contribuição do que vi, vivi, aprendi e senti até agora, sabendo que nunca mais me sentirei só no pátio da escola. Agora sei quem sou e onde estou: sou Vera Rodrigues, mulher negra que (re)afirma sua trajetória coletiva e afirmativa no enfrentamento ao racismo.” (*Idem*: p,15). A percepção de coletivo faz com que nós mulheres negras possamos ver as nossas trajetórias de vida dentro de um todo e não mais como sinônimo de exclusão.

Assim, percebo que os sentidos da solidão estão estreitamente ligados ao campo das afetividades e das ausências, sejam elas dos pais ou das mães que são sobrecarregadas. Para a Lia, passar pela maternidade solo a fez ver a experiência da mãe de forma mais compreensiva.

Mas hoje eu já não tenho essa culpa de dizer mãe você me largou, largou emocionalmente não hoje eu entendo que ela precisou, porque ela também não esperava ser mãe, os tempos eram outros. Está tudo meio que se encaixando agora, fazendo sentindo agora, fui passando por um processo de assimilação muito grande, tanto como mulher como mulher negra e mãe solo. (Lia, 32 anos).

A repetição do ciclo da maternidade solo, na vida de Lia, fez com que ela repensasse a própria relação para com a mãe como esse duplo espelho, em não simplesmente questionar as ausências da mãe, mas de hoje entendê-las de forma profunda.

Para Sonia, também foi esse processo de se ver na trajetória da mãe que teve que criar as filhas e os filhos sozinha. Sônia teve que processar esse trauma da ausência de um pai que lhe agregava memórias de um passado de violência e alcoolismo. Logo, as percepções de solidão de Lia e Sônia perpassam, hoje, por verem, em suas mães, a trajetória também da maternidade solo.

Para Girassol, o espelho da maternidade solo veio através de um grupo de mães amigas que se chama “maternidade compartilhada”, como um movimento de autopercepção e elaboração de formas coletivas de enfrentamento da maternagem solo.

A maternidade é solitária eu há um ano, eu participo de um grupo de mães, hoje em dia todas nós temos uma intimidade muito grande, esse grupo tem me salvado, foi no período da pandemia que começou tudo, nós já nos conhecíamos participávamos de vários grupos em comuns, aí como a gente tinham algumas vivências em comum, afinidades a gente se encontrou. Esse grupo tem me ajudado bastante, esse grupo tem sido o meu auto cuidado, a gente tá sempre se encontrando. Muitas de nós somos umbandistas e outras não, mas muitas participam de religiões de matriz africana ou tem uma vivência mais holística, não professa nenhuma religião, mas gosta de ter experiências mais holísticas. Somos todas pretas. É uma partilha a gente precisa disso, desses pontos de apoio, mesmo que seja só para falar, mas a gente não só fala a gente tem as nossas vivências, a gente se ajuda muito é muito bom. (Girassol, 32 anos).

Portanto, tenho a experiência da maternidade solo, a partir da trajetória de vida de Girassol, Lia e Sônia, como um espelho e como algo compartilhado no sentido do encontro de ressonância e, principalmente, na percepção e aprendizagem da maternidade de forma coletiva e partilhada como ilustra o grupo de mães que Girassol faz parte.

Encontrar abrigo em outras mães seja ela a sua própria ou amigas, faz com que as mães solo processem suas experiências de forma tão profunda, pois dá sentido às suas próprias existências e a uma possibilidade de entender a solidão que envolve a maternidade solo de mulheres negras.

A antropóloga Ana Claudio Lemos Pacheco (2013), no livro “mulher negra: afetividade e solidão” ressalta os entendimentos da solidão através do seu trabalho de campo com mulheres soteropolitanas ativistas e não ativistas, nos sentidos complexos da afetividade e da solidão, que estão desenhados pela ausência de um parceiro ou de uma parceira, bem como pelo imbricamento de opressões interseccionais de raça, gênero e classe.

A solidão foi percebida através de outras teias de significações, ganhando vários significados nas narrativas das mulheres desse grupo, como sofrimento, dor, vazio, diferença, falta, infelicidade. Foi associado a sentimento, emoção, escolhas, “trocas”, traição, preferências, negros/brancas/pele escura, pele clara, branca, negra, retinta, autoestima, corpo, preconceito, sexualidade, discriminações, racismo, negação, rejeição, belo/feio/gorda/magra/violência, feminismo; machismo, igualdade/diferença. Traduzindo-se em ausência de companheirismo, solidariedade, respeito, igualdade; em amor ideal, romantismo e completude. (PACHECO, 2013, p 355).

O que cabe refletir é que a solidão da mulher negra não é medida exclusivamente pela ausência de uma companheira ou companheiro, mas diz muito do isolamento social que mulheres negras estão por vivenciar, visto que são traumas do racismo de uma sociedade que nega as suas existências.

A solidão pode ser vista em termo de mola propulsora de transformações pessoais e o percurso de autodescoberta e autocuidado, no sentido de se conhecer enquanto mulher negra, no campo das individualidades e subjetividades, como também na oportunidade de repensar as ideias de amor romântico. E que a felicidade das mulheres não precisa estar associada à completude com outra pessoa. Ou seja, é possível se realizar de forma sozinha, porém, que essa seja uma escolha e não uma sentença de vida.

Entender que as mulheres são múltiplas e irão dimensionar suas experiências de vida de forma muito particular. Como para Girassol, a imersão na umbanda lhe conectou com ela mesma na busca pelo seu auto amor. Para a Sônia, a separação, em meio a tantas dores, fez-lhe reestruturar a vida e conhecer e aceitar melhor a sua trajetória de vida. Para Lia, a maternidade solo lhe propiciou a busca pelo letramento racial e conseguiu dar nome às violências e às discriminações raciais que ela vivenciou.

Assim, o que tenho por aprendizagem da solidão é a multiplicidade dessa palavra, sentimento, estado, ação que não pode ser reduzida à dor, mas também aos dribles e às infinitas sabedorias ancestrais que mulheres negras estão por desenvolver como tecnologias de sobrevivência e sendo muito mais que sobreviver de reinventar a vida.

No início da pesquisa, eu me perguntava se a experiência da maternidade solo é algo individual ou coletivo, hoje, transcorrido as aprendizagens decorrentes da pesquisa, observo que essa experiência perpassa por processos que são individuais

em termos de trajetória de vida, porém, há algo ancestral como um fio que cose a vida das mulheres que as conectam no sentido de compartilhar experiências que se repetem e se reproduzem alimentadas pelo o racismo, o sexismo e o colonialismo.

Desse modo, organizar-se e sair do isolamento da maternidade solo é uma forma de enfretamento da solidão da mulher negra e uma busca de subverter estereótipos das que limpam o mundo, como enumera Francoise Vergés (2020). E, inspirada nesse pensamento, entendo que as mulheres mães solo, de alguma forma, carregam o mundo em suas costas.

Criando, assim, novas elaborações e apresentando a maternidade solo das mulheres negras como uma virada de chave em termos de como olhamos para essas mulheres e, no meu caso, fez-me ver a trajetória de vida da minha mãe de forma diferenciada. Hoje, eu dimensiono melhor a longa estrada que ela teve que percorrer para criar duas filhas de forma solo.

Portanto, inspira-me mergulhar na trajetória de vida das mães solo, como uma afetação e tentar escrever sobre o que perpassa por acessar memórias para poder, assim, conectar-se a fundo com suas histórias e criar um fio condutor que as conectam e me conecta também no pacto do vivido.

## 5. “A VOZ DE MINHA FILHA RECOLHE EM SI A FALA E O ATO”: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.  
(*Vozes-mulheres*, de Conceição Evaristo,  
2008)

Aqui, eu me conecto às minhas mais velhas no sentido de reverenciá-las, pois foi através da experiência da maternidade solo da minha mãe, que nasce o projeto desta dissertação que foi sendo transformado longamente, em reflexões e escritas.

Por isso, enumero este capítulo como a voz de minha filha, inspirada na poesia profunda de Conceição Evaristo (2008), que descreve, em seu eu lírico, tão bem as profundezas de saber que nossos passos vêm de longe e esses passos da minha trajetória perpassam pelo caminhar de mulheres negras e pela maternidade solo.

Fiz esse percurso da dissertação num constante reconciliar entre objetividade e subjetividade, na busca por produzir um conhecimento no qual eu posso ser protagonista da minha própria trajetória de vida enquanto mulher negra, que enveredou por uma escrita em primeira pessoa, largando uma suposta neutralidade e se arriscando a produzir uma escrita que esteja alinhada com a trajetória de vida de mulheres negras, enquanto intelectuais em suas mais diversas formas e potências que versa do ativismo, do movimento social e da Academia, tendo a interseccionalidade enquanto uma ferramenta teórica-analítica que põe as mulheres negras em centralidade, que foi esse o esforço ao longo deste trabalho.

Dessa forma, quero retomar algumas inquietações iniciais como a reflexão que trazia que ser mãe solo é algo individual ou coletivo? Transcorrido o percurso da pesquisa, observo que tem questões que estão desenhadas por meio da trajetória de vida de cada mulher, porém, o que mais me destacou foi o fator coletivo da maternidade solo, pois, como pude pesquisar e constatar, existem estruturas coloniais

que elaboram e trazem consequências para a vida das mulheres negras, que perpassam pela memória da violência sexual e que mulheres negras escravizadas passaram, que alimentaram a germe do início de uma maternidade solo, pois lhe foi renegado serem mães, mas sim reprodutoras de um sistema colonial que as aniquilava suas humanidades.

Ou seja, voltar ao passado colonial é constatar que é um longo processo de ausências paternas, que relegou, para as mulheres negras, imagens de controle da “mãe preta”, “ama de leite”, “a mulher forte”, que são ressignificadas e vivenciadas até hoje.

Logo, a maternidade solo vem percorrendo um longo caminho, por isso, é algo também coletivo para a vida das mulheres negras, desde e repetição do ciclo de maternidades solos, que, como um fio, vem sendo passado por inúmeras gerações. Assim, tenho por conclusão essa perspectiva de uma maternidade solo, coletiva.

Refletindo que ser mãe solo não perpassa por uma escolha das mulheres, mas em muitas situações por um condicionamento de uma sociedade estruturada no racismo e no sexismo, que se conecta a uma estrutura patriarcal, na qual responsabiliza as mulheres pelos cuidados para com a criação de suas filhas e seus filhos e que legitima ausências paternas, que se circunscreve na escolha de muitos homens de serem ou não pais de suas filhas e seus filhos. Essa decisão única e exclusiva masculina corrobora para a maternidade solitária de milhões de mulheres.

Como ficou evidenciado pelas trajetórias de vida de Girassol, Lia e Sonia, de alguma forma, os pais de suas filhas escolheram não serem presentes. Ou não exerceram uma paternidade ativa, na qual leva a fundo as responsabilidades paternas.

Portanto, pude observar o que significa ser uma mãe solo, que se apresentou como um terreno que se tem pisado por mães e que dão forma às suas experiências. O solo de suas maternidades como substantivo no sentido de qualificar a experiência de mães solo conectadas e alicerçadas na superfície, no chão onde se pisa e se constrói a vida. Logo, a vivência da maternidade solo se conecta a quem pisa nesse chão e nesse terreno e, infelizmente, tem-se pisado sozinha.

E a ferramenta teórico-metodológico que utilizei para entender a trajetória, as narrativas de vida das mães solos, foi a interseccionalidade colocando as mulheres negras em centralidade e para isso fui buscar auxílio nas intelectuais negras que me

antecederam na busca por evidenciar a existência de mulheres negras, enquanto produtoras de conhecimentos.

Para tanto, compreendi as limitações e a importância da categoria de gênero, salientada essa como um artifício colonial que inventou a categoria de mulher com base na reflexão de Oyewùmí (2021) que foi central para o desenvolvimento do entendimento do que significou e significa, em termos de consequências, o que é ser mulher numa sociedade escravista e pós-colonial e que criou imaginários coletivos de desumanização da mulher negra.

Logo, compreendi a situacionalidade da mulher negra na conjuntura brasileira, tendo por chaves analíticas as experiências próximas de mulheres afro-americanas estadunidenses, africanas e brasileiras, numa perspectiva afro-diaspórica.

Para entender a maternidade, não como algo inato às mulheres, mas como uma construção social que desde o século XVII foi sendo instituída como signos do “amor materno”, como elabora Banditer (1985).

Portanto, entender gênero como uma relação de opressões intrínsecas à constituição de poder, como elabora por Bonetti (2009), numa perspectiva de uma antropologia feminista, o que me auxilia pensar a maternidade e a paternidade como relações de poder que são construídas mutuamente de formas diferenciadas para mulheres e homens.

Algo que entendi, por meio da pesquisa, é que a paternidade, muitas vezes, passa pelo princípio de escolha dos pais, ou seja, muitas vezes esses decidem não vivenciarem uma paternidade ativa e acabam por sobrecarregar as mães de suas filhas e seus filhos, assim como tenho entendido que a maternidade solo está para além de se ter ou não um companheiro, estando visceralmente oposta a um estado civil, mas sim atrelada às vivências das mães que são sobrecarregadas por uma maternidade compulsória que as responsabilizam unicamente pela criação das filhas, desobrigando assim os pais de suas responsabilidades e sentenciando as mulheres para a maternidade solo.

Assim, entendo a maternagem solo como substantivo no sentido de qualificar a experiência de mães conectadas e alicerçadas na superfície, no chão onde se pisa e se constrói a vida, circunstanciada a dribles diários.

Dessa forma, perguntava-me inicialmente: o que significa ser mãe solo? O que essa experiência nos informa sobre as avenidas identitárias de raça, de classe e de gênero? E como se relaciona a maternagem solo para com a afetividade de mulheres negras?

Assim, transcorrida a pesquisa, fui longamente entendendo os significados da maternidade solo, transcritos em palavras, tais como se sentir e estar só, ser só eu e minha filha, o cansaço e a sobrecarga, a virada de chave que a maternidade propiciou e em termos de autodescoberta e entendimento delas enquanto mulheres negras e mães solo, bem como seu pertencimento racial enquanto mulher e negra.

Em termos de avenidas identitárias, foi indissociável a relação entre raça e gênero na construção e na elaboração da maternidade solo como um grande fio condutor que entrelaçou a trajetória de vida das mães em questões ilustradas por Girassol, Lia e Sônia, mas, como uma interlocutora evidenciou: “eu vou usar um codinome pois sei que essa minha realidade é compartilhada por outras mulheres” e, infelizmente, essa é uma realidade compartilhada por cerca de 11,5 milhões de mulheres.

Logo, o ponto de destaque é como a maternidade solo se intersecciona diretamente com o campo da afetividade, colaborando, assim, para o isolamento das mães desde a gestação pelo distanciamento das amigas e dos amigos, bem como, pelo sentimento de exclusão e abandono, que é alimentado pelas ausências do pai de suas filhas e seus filhos.

O abandono é algo que demarca a vivência de mães solo, que, agregado a traumas que vão sendo processados desde a infância e produzindo camadas das cicatrizes que são traduzidas como solidão da mulher negra.

O que também me tocou profundamente foi como as mães solo me descreveram o sentimento de rejeição que é sentido pelas filhas de mães solo; esse sentimento foi me tocando e acessando memórias da minha própria existência, que, aqui, inter cruzou-se à pesquisadora que também é, de alguma forma, agente da pesquisa, que estar embricada em afetações.

Ou seja, entender a trajetória de vida das mães solo perpassa por entender também as filhas e pude perceber, através de duas interlocutoras, como este duplo espelho ocorre em ser a mãe solo e também a filha de mãe solo: para elas, essa dupla percepção fez com que elas olhassem para a maternidade de suas mães com maior

generosidade e compreensão; ao término deste trabalho, também tenho esse sentimento de maior entendimento acerca do que significou ser mãe solo para a minha mãe.

Dessa forma, acredito que a raça, o gênero e a maternidade sejam pontos de conexão no sentido de dar significado às experiências de solidão da mulher negra, que, para Piedade (2017), é transfigurada em Dororidade e que está para além da redução das vidas das mulheres negras em dor, mas sim em ser um ponto que as une e as conecta, como uma experiência compartilhada.

Beatriz Nascimento (1990), no texto “A mulher negra e o amor”, alerta-nos sobre a necessidade de desmistificar o conceito de amor: [...] transformando este em dinamizador cultural e social, buscando mais paridade entre sexos. (NASCIMENTO, 2006, p. 129). Ou seja, cabe a nós desromantizar o ideal de amor romântico ocidental e enveredar por processos de auto amor. Fazendo com que a paridade que Nascimento enumera seja a equidade entre as mais diversas formas de construção de famílias.

Por fim, tenho a maternidade solo, em analogia ao chão com suas rachaduras, superfícies e terrenos, como algo que há longos passos vêm sendo sedimentado por mulheres negras na busca por construir estratégias de vida em meio a condições tão adversas.

Portanto, como ouvi, ao longo das minhas conversas, uma frase que vinha como afirmação, mas também como busca de ressonância para o que as mães solo estão por vivenciar. Terminei aqui esta dissertação com esse registro: “Mãe solo é mãe sozinha”.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Polén, 2019.

AMARAL, Célia Gurgel do. **Debates de gênero: transversalidade do conceito**. Fortaleza: UFC, 2005.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do cuidado para com as crianças. *In*: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (org). **Porque a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

BADITER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. (tradução Waltersir Dutra) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADITER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo, Polén, 2019.

BONETTI, Alinne de lima. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em Ação. **Mediações**, Londrina, v.14, p. 105- 122, jul/dez. 2009.

CARDOSO, Ruth. "Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In*, Cardoso, R. (org.). **A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, novembro de 2005. Texto para discussão n° 1137. IPEA. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1137.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf). Acesso em 07 de outubro de 2021.

CARNEIRO, Sueli. **ENEGRECER O FEMINISMO: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf). Acesso em 03 de dez. de 2020.

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. **A maternidade simbólica na religião afrobrasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza-Ceará**. Tese (Sociologia), 250 p. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora. O primeiro projeto de pesquisa.** Brasília, Editora Letras Livres, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Vozes Mulheres.** Disponível em: [https://www.geledes.org.br/vozes-mulheres-de-escritoras-e-intelectuais-negras/?gclid=Cj0KCQiAtqL-BRC0ARIsAF4K3WHyOJUlnKvgsXsgseYqEL5H48jUme8V5wrT2e3FF6Lvc7O5MbXCgy4aApxpEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/vozes-mulheres-de-escritoras-e-intelectuais-negras/?gclid=Cj0KCQiAtqL-BRC0ARIsAF4K3WHyOJUlnKvgsXsgseYqEL5H48jUme8V5wrT2e3FF6Lvc7O5MbXCgy4aApxpEALw_wcB). Acesso em 03 de dez. de 2020.

EVARISTO, Conceição. (2011). **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Belo Horizonte: Nandyala.

FACCHINI, Regina. Feminismo e estudo sobre mulheres e gênero: Um olhar a partir das articulações presentes na luta por creches. *In*: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

FERREIRA FILHO, A. H. “**Quem pariu Matheus que balance**”. Revista Sitientibus, Feira de Santana, 18, p.117-126.1998.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun). 1988b, p. 69-82

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *In*: **Revista de Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984. p. 223-244.

Gênero e Número. **Um retrato das mães solo na pandemia.** 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> . Acesso em: 13 de out de 2021.

HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.

HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporificada, corporificada e cotidiana. Tradução: PREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz. **Cadernos de Campo:** São Paulo, vol. 29, 2, p. 1-42, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: 3 ed. Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz. Pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres.** Tradução Maria Lúcia do Eirado Silva. Revisão e notas de Edison Carneiro. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,2002. 360p.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidianos**. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019. 1.ed. 248p.

LÔBO, Jade Alcântra. **“DEFEITO DE FABRICAÇÃO”**: MATERNIDADES NEGRAS EM ILHÉUS/BA. Salvador. 2020. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31944> Acesso em 06 de outubro de 2021.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descononial. **Estudos Feministas**: Florianópolis, set/dez. 2014.

MARIN, Angela; PICCININI, Cesar Augusto. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Psico**: Porto Alegre, vol.40, n° 4, p. 422-429, out/ dez. 2009.

MALUF, Sônia. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Revista Tomo**: São Cristóvão, n.38. v.1, jan/ jun 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **“A mulher negra e o amor”**. In: RATTTS, Alex. Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kauanza. Imprensa Oficial. 2006.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **CONCEITUANDO O GÊNERO**: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas. Disponível em: [https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%ADconceitualizando\\_o\\_g%C3%AAnero.\\_os\\_fundamentos\\_euroc%C3%AAntrico\\_dos\\_conceitos\\_feministas\\_e\\_o\\_desafio\\_das\\_epistemologias\\_africanas.pdf](https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%ADconceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf). Acesso em 03 de dez. de 2020.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2021

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”**. **Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Tese doutorado. Universidade Estadual de Campinas, instituto de Filosofia e ciências Humanas, SP: 2008. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280705/1/Pacheco\\_AnaClaudiaLemos\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280705/1/Pacheco_AnaClaudiaLemos_D.pdf). Acesso em 06 de outubro de 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: ÉDUFBA, 2013. 382 p. Coleção Temas Afro. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16794>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo. Editora Nós. 2017.

PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2012.10 Ed., 1º reimpressão.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento. Justificando 2017.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro como perspectiva emancipatória. In: TELES, Maria Amélia de Aldeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo, Cia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Vera. **Entre vivências e resistências: o racismo na ótica de negras(os) intelectuais**. In: AMARAO, Sarita; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro (org.). "Sim, o racismo existe!" Nova Práxis Editorial, Curitiba, 2019. 1 ed.

RODRIGUES, Vera. E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. **Tomo**, n. 28. Jan/ Jun, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**: Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul/dez, 1995.

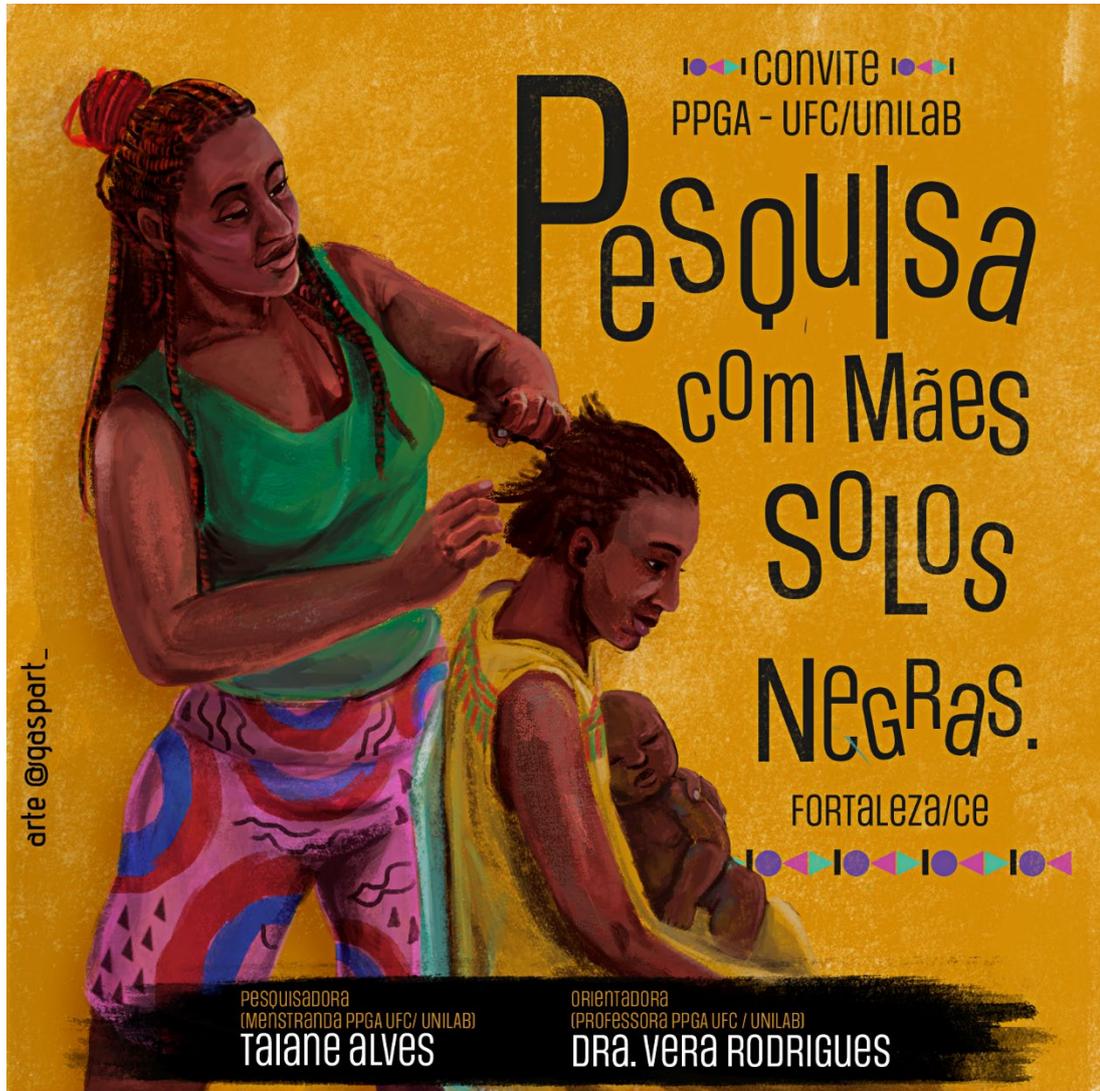
VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WEBER, Florence. A entrevista e o íntimo, ou: Por que censurar seu diário de campo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157 – 170, jul /dez. 2009

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – CARTAZ / CONVITE PARA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA

Figura 1 – Ilustração Digital – Mães Solos Negras, Italo Gaspar 2021



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

## APENDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA<sup>22</sup>

Figura II – Imagem do Formulário de Pesquisa Página 1

### PESQUISA COM MÃES SOLOS NEGRAS

Olá! Sou Taiane Alves, filha de mãe solo e mestranda no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/ UNILAB. Tendo por orientadora a professora Dra. Vera Rodrigues.

Estou desenvolvendo uma pesquisa com mães solas negras residentes em Fortaleza e Região Metropolitana. Tenho por objetivo analisar a trajetória de vida de mães solas. No sentido de entender como essa vivência se relaciona para com a afetividade de mulheres negras.

Seria um prazer enorme que você pudesse compartilhar comigo um pouco da sua trajetória de vida. Ressalto que sua identidade e seus dados serão resguardados.

**\*Obrigatório**

---

Endereço de e-mail \*

Seu e-mail \_\_\_\_\_

---

Qual o seu nome? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

---

Qual o bairro e o município que você mora? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

---

Qual a sua idade? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

---

Qual a sua escolaridade? \*

Ensino Fundamental  
 Ensino Médio  
 Graduação  
 Pós-Graduação  
 Outro: \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

Figura II – Imagem do Formulário de Pesquisa Página 2

<sup>22</sup> Disponível em: <https://forms.gle/E5ootiNuS1WckBbKA>

Qual a sua principal ocupação? \*

Dona de Casa

Estudante

Trabalhadora Formal

Trabalhadora Informal

Outra ocupação.

Você se considera? \*

Preta/ Negra

Parda

Para você o que é ser mãe?

Sua resposta \_\_\_\_\_

Quantos filhos você tem? E com qual idade foi mãe?

Sua resposta \_\_\_\_\_

E o que é ser uma mãe solo?

Sua resposta \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

Figura III – Imagem do Formulário de Pesquisa Página 3

Como você se sente sendo uma mãe solo?

Sua resposta

O que você pensa sobre causas e consequências comuns na trajetória de uma mãe solo?

Sua resposta

Você é filha de mãe solo? \*

Sim

Não

Caso você seja filha de mãe solo. Como você se sente a partir desse lugar?

Sua resposta

**Enviar**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

## ANEXOS

### ANEXO A – Pesquisa Mulheres responsáveis pelos filhos sem conjuge IBGE.

IBGE

seleção apresentação publicação notas metodológicas

TEMAS

Famílias

INDICADORES

Proporção de fami... Linha

Pesquisar

Tabela - Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%)

Divisões Territoriais	2010	Preta ou Parda, 2010	Responsável sem conjuge com filho(s), 2010	Preta ou Parda, Responsável sem conjuge com filho(s), 2010
Brasil	37,3	38,7	87,4	87,2
Encruzilhada do Sul	32,3	40,2	85,9	92,7
Guaíba	40,5	48	86,8	85,6
Restinga Seca	32,7	40,3	85,5	87,2
Rio Grande do Sul	36,9	42,2	86,8	87,2
Tupanciretã	34,3	43,5	80,7	76,9

COR OU RAÇA DO RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA

Todos

Branca

Preta ou Parda

TIPO DE FAMÍLIA

Todos

Casal sem filho

Casal com filho

Responsável sem conjuge com filho(s)

CLASSE DE RENDIMENTO

Fonte: IBGE (2020)

Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=-15,52,-16,55,-17,-18,128&ind=4704>

## ANAEXO B - PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO DAS MÃES SOLOS NA PANDEMIA PLATAFORMA GÊNERO E NÚMERO

### A maioria das famílias monoparentais são chefiadas por mães solo negras

ARRANJOS MONOPARENTAIS COM FILHOS DE ATÉ 14 ANOS:



FONTE IBGE/SIS 2018

AZMina revista

data\_labe

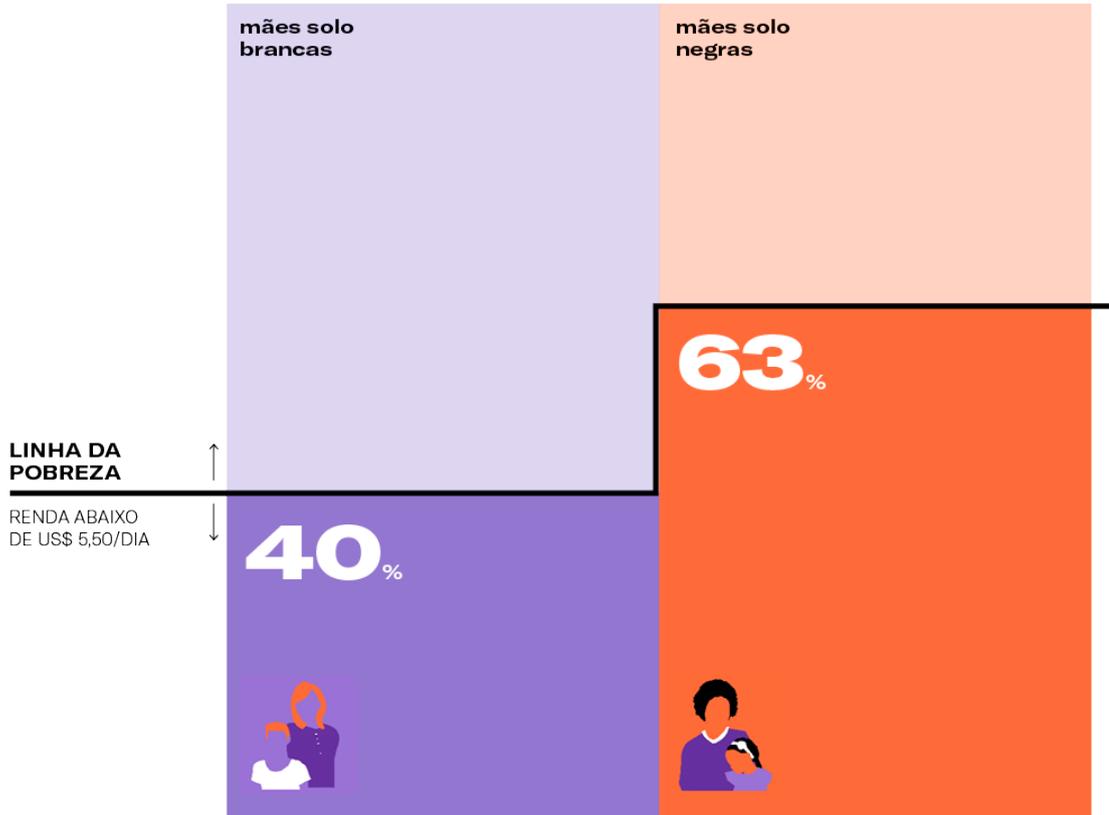
ÉNOIS

G<sup>n</sup>

Fonte: Gênero e Número (2020)

Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>

## A linha da pobreza chega antes para mulheres negras com filhos de até 14 anos



FONTE IBGE/SIS 2018

AZMina revista

data\_labe

ÉNOIS

G<sup>n</sup>

Fonte: Gênero e Número (2020)

Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>